

BIBLIOTECA UNEMAT	
Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT	
RG: Nº	14674
Data:	27 / 04 / 2011
☐ Compra ☒ Doação ☐ Permuta	

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS
LICENCIATURA EM LETRAS

LEONICE DA COSTA NUNES

A VISÃO DO BRASIL REELABORADA PELA FICÇÃO: OLHARES E SENTIDOS

Pontes e Lacerda
2010/02

82.09
N 972, 05

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS
LICENCIATURA EM LETRAS

Leonice da Costa Nunes

A visão do Brasil reelaborada pela ficção: olhares e sentidos

Monografia apresentada ao Departamento de Letras da UNEMAT – Campus de Pontes e Lacerda, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Letras. Orientador: Prof. Ms. José Pereira da Silva Neto

Pontes e Lacerda
2010/02

Aprovada em 13 de dezembro de 2010

Banca examinadora

Prof. Ms. José Pereira da Silva Neto
Prof. Orientador

Prof. Ms. Epaminondas Magalhães
Examinador

Prof^a. Dr^a. Marinei Almeida
Examinadora

Dedicatória

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ter me capacitado, pois sem a ajuda Dele eu não conseguiria concluí-lo.

Os que esperam no Senhor, adquirirão sempre novas forças, tomarão asas como de águia, correrão e não se fatigarão, andarão e não desfalecerão. Isaías 40: 31

Ao meu esposo, Claudinei Gomes Mendes, que muito contribuiu para eu conseguir terminar a minha graduação, com seu apoio, sua paciência, seu carinho e a minha mãe que sempre me encorajou a estudar.

Agradecimentos

A Deus

Primeiramente a Deus, construidor do mundo, meu mestre e meu Senhor, orientador eterno que ilumina meus caminhos e sempre me mostra a direção certa a seguir, a Ele meu agradecimento eterno. Obrigada meu Pai por mais uma vez mostrar que está ao meu lado, me capacitando para subir mais esse degrau na minha vida.

Aos meus pais

Se hoje sou alguém é graças à educação tida por eles, por ter tido o privilégio de poder estudar, em meio a tantas dificuldades e então estar aqui realizando esta conquista. A vocês, Eunice e Felício, meu profundo agradecimento por sempre lutarem para o meu crescimento intelectual e por isso, fazerem parte desta realização.

Aos mestres

Aos professores (as) da UNEMAT que foram fundamentais para o meu futuro profissional, expresso o meu agradecimento e o meu intenso respeito, que sempre serão pouco diante do muito que me ofereceram. Em especial ao meu orientador José Pereira, pelas orientações e informações que me cedeu para que eu pudesse concluir este trabalho.

Aos que amamos

Dedico este trabalho em especial ao meu esposo Claudinei, pelo seu apoio incondicional, por ter me amparado nos momentos difíceis, por abrir mão de momentos de convívio sofrendo a minha ausência quando os estudos me chamavam mesmo nos finais de semanas. Obrigada meu amor, por às vezes me chamar à atenção pra eu ir estudar me dizendo “calma está chegando ao fim”, quando eu já estava cansada e estressada. A ti ofereço esta monografia e meu profundo agradecimento por tudo que passamos juntos.

Aos colegas do curso

Aos colegas de classe, mesmo aqueles que já se formaram, por todo apoio para eu persistir no curso. Em especial o meu agradecimento as amigas Oliva, Joelsa, Regiane e Márcia por estarem sempre presentes me ajudando, principalmente na etapa final do curso. Pela força, me animando quando estava estressada e com medo de não conseguir chegar até o fim. Obrigada também, por emprestarem os ouvidos nos momentos de desabafo e por todo apoio dedicado nas horas difíceis, nunca esquecerei a ajuda que me deram.

Epígrafe

Quem escreve, contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração nacional.
(CANDIDO, 1993, p. 17)

Sumário

Resumo.....	08
Introdução.....	09
Cap. 1 – Olhares e sentidos sobre a <i>Carta</i>	11
1.1 – A visão do Brasil sob o olhar português de 1500.....	12
1.2 – Sob o olhar de Caminha.....	15
Cap. 2 – A visão do Brasil reelaborada pela ficção: olhar de dentro.....	26
2.1 – A visão nacional sob o olhar de Andrade e Barreto.....	28
2.2 – Versões do olhar: olhar eurocêntrico <i>versus</i> olhar nacionalista.....	36
Conclusão.....	47
Referências.....	49

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os discursos existentes nas obras *Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (2002) e *Macunaima*, de Mário de Andrade (2001), verificar as correlações existentes entre elas e o primeiro documento oficial escrito no Brasil a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, apresentando essas ligações no desenrolar deste texto e assim entendermos esse processo de construção da identidade brasileira. As hipóteses levantadas possibilitaram apresentar a reelaboração da visão da *Carta* por meio do nacionalismo (ou falta dele) inserido nas falas dos personagens principais. Neste âmbito visamos mostrar a diferença que há entre a influência do olhar de fora (do europeu) para o olhar de dentro (do brasileiro), a fim de mostrar a revalorização da cultura e da nação. Para a verificação dessas hipóteses, fez-se necessário um apoio teórico que nos ajudou nas compreensões acerca do texto que deu suporte a nosso trabalho, e na análise dos pontos que tangenciam a construção da identidade nacional. Sabemos que são várias as leituras feitas a partir dessas duas obras, porém, sugerimos esta leitura possível para mostrar que *Macunaima* e *Triste Fim de Policarpo Quaresma* são de suma importância por mostrarem uma reescritura da visão que o escrivão do rei de Portugal teve ao se deparar com a terra achada. Desta maneira, o texto apresenta os aspectos que comprovam essa reinvenção do Brasil chegando a mostrar nossa leitura de que a identidade brasileira não está construída e sim faz parte de um processo incessante de “identificação”; ela está em constante mudança, o que a faz ter uma abertura para o *diverso*.

Palavras-chave: identidade nacional, reescritura, revalorização.

Introdução

A literatura é um reflexo da sociedade a que foi construída, vista desse ângulo é como um sistema simbólico que desenvolve a interpretação dos diferentes campos da realidade. Mediante aos estudos realizados nessa área, surgiram interesses por alguns textos que tratam da sociedade, da cultura, de aspectos que tangenciam em torno da “identidade nacional”. Com isso, nos chamou a atenção duas obras importantes na literatura brasileira *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (2002), que foi publicado inicialmente em folhetins, entre 11 de agosto e 19 de outubro de 1911, somente quatro anos depois, em 1915 saiu em volume; e *Macunaíma*, de Mário de Andrade (2001), publicada em 1928.

Diante das inquietações a cerca da construção da identidade nacional, propomos, aqui, uma leitura possível, por meio dos textos escolhidos, e que não queremos que seja definitiva em razão da multiplicidade de pontos que os tangenciam.

Por a literatura brasileira ser toda “voltada para a construção duma cultura válida no país” (Candido, 1993, p. 17), analisaremos os discursos existentes nas obras de Andrade e Barreto, as correlações existentes entre elas e o primeiro documento oficial escrito no Brasil, apresentando essas ligações no desenrolar deste texto e assim entendermos esse processo de construção da identidade brasileira. Através das mesmas, apresentar a reelaboração da visão da *Carta* por meio do nacionalismo (ou falta dele) inserido nas falas dos personagens principais. Neste âmbito visamos mostrar a diferença que há entre a influência do olhar de fora (do europeu) para o olhar de dentro (do brasileiro), a fim de mostrar a revalorização da cultura e da nação.

Escolhemos essas obras por se tratarem de narrativas que mostram pela reinvenção da sociedade de um determinado período uma idéia em análise. Esses autores “ilustram o país produzindo literatura”, pois “quem escreve, contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração nacional”. (Candido, 1993, p. 17). Acima de tudo, essas duas obras, principalmente *Macunaíma*, nos são de suma importância por mostrarem uma reescritura da visão que o escrivão do rei de Portugal teve ao se deparar com a terra achada.

Tendo em vista que a primeira escritura considerada documento de fundação do Brasil foi a *Carta*, nossa opção então é pela busca de informações que se percebe através das interpretações possíveis dos relatos de Caminha e pontuar observações produzidas no contato direto com as evidências documentais da fundação do país. Faremos esta retrospectiva com o objetivo de mostrarmos a construção da identidade nacional nas obras *Macunaíma*, de Mário

de Andrade e *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto e desta maneira apresentar a visão do Brasil através da ficção. O trabalho promove o exercício de relacionar passado/presente e presente/passado num processo regressivo e cuidadoso para captar as manifestações e intenções do colonizador, para assim, chegarmos às considerações sobre o processo identitário que já se estabelecia desde a tripulação portuguesa, ao querer impor seus ideais aos autóctones.

Para nos ajudar neste entendimento em torno da interpretação que o escrivão de Cabral faz sobre a terra desconhecida e seus habitantes, e na análise que segue acerca da *Carta* e das obras andradeana e barretiana tomaremos como base as observações pontuadas por Antonio Carlos Olivieri & Marco Antonio Villa (1999), Alfredo Bosi (1994), Anatol Rosenfeld (1994), Zilá Bernd (2003) e Eneida Leal Cunha (2006). Ambos relatam a terra e os homens descobertos, apresentado também os primeiros dias e as primeiras ações portuguesas no “Novo Mundo” (Cunha, 2006, p.121).

Este trabalho se dividirá em dois capítulos, sendo que no primeiro apresentamos as informações acerca da *Carta* de Caminha, o encontro das duas culturas branca e indígena. Em seguida, no primeiro subtítulo mostraremos as questões históricas, a visão tida pelos navegantes europeus da ilha desconhecida que hoje sabemos se chama Brasil. No segundo subtítulo, analisaremos os olhares do escrivão diante da terra e dos aborígenes, sua dificuldade em perceber e valorizar o *outro*.

Já no segundo capítulo, destacaremos a visão nacional sob o olhar de Andrade e Barreto, mostrando a reelaboração ficcional das escritas de Caminha pelo olhar do brasileiro, tendo em vista as questões voltadas à identidade nacional. No subtítulo primeiro, abordaremos que a partir das obras percebe-se o sentido de recuperação e solidificação do nacional, na revalorização das raízes brasileiras. Sucessivamente, no segundo analisaremos os pontos de divergência entre as obras e o texto que deu suporte a nossa pesquisa a *Carta* de Caminha, para assim observarmos por meio da ficção a “revisão” do Brasil, o que concebe a identidade nacional uma abertura contínua para o *diverso*. E assim, mostrarmos nossa leitura de que a identidade brasileira está em constante mudança, em um processo incessante de “identificação”.

1º Capítulo: Olhares e sentidos sobre a *Carta*

Muitas são as inquietações acerca da visão do Brasil, de sua formação enquanto nação e cultura, especificamente sobre a questão da identidade nacional. O tratamento dessas excitações proporciona questionamentos diversos e possibilidades de correlações de hipóteses, permitindo incursões sobre o tempo presente para compreender os processos sócio-culturais com suas mudanças e permanências. Para entender o desenvolvimento histórico da visão do Brasil faz-se necessário o conhecimento do texto informativo que inaugura a primeira visão sobre o país em 1500, a *Carta* de Pero Vaz de Caminha (1963)¹, a qual neste trabalho nos servirá como objeto de referência.

Considerando que a *Carta* traz o encontro das culturas indígena e branca, geram-se discussões e polêmicas, desencadeando vastas reflexões sobre a questão da identidade nacional, diversas interpretações sobre o encontro dessas culturas e as leituras dos relatos das mesmas, na perspectiva do respeito (ou não), da diferença na visão do outro, ou seja, da nacionalidade. O contato com os valores de outrem ocasionará uma reformulação dos próprios valores de uma sociedade. É nesse contexto que a *Carta* de Caminha deve ser entendida. Suas “múltiplas facetas”, suas possibilidades de leituras, certamente sustentam uma diversidade de interpretações desde as românticas (com Quaresma) às modernas (com Macunaima).

Sobre o objeto que escolhemos para referência neste trabalho, sabemos num primeiro momento que foi considerado um documento oficial, com o objetivo de informar, no entanto, houve a passagem para o plano histórico-literário, ou seja, além de fazer parte do plano documental, é também a primeira escrita da história do descobrimento do país a qual acreditamos que Mário de Andrade e Lima Barreto se valeram para (re)apresentarem o Brasil em seus aspectos nacionais. Isso quer dizer que a *Carta* é ao mesmo tempo oficial, pessoal e narrativa histórica. Ela faz parte da construção da história do Brasil, por isso, convencionou-se que ela pertenceria a “literatura informativa”. Por ser o primeiro documento escrito sobre o país, é considerada a “certidão de nascimento do Brasil”.

A *Carta* apresenta a “imagem congelada dos índios: pacíficos, atentos, reverentes, integrados e submetidos ao fascínio do ritual civilizado (...)” (Cunha, 2006, p. 122). No entanto, a primeira escrita da nossa história nos interessa, por ser como reflexo da visão do

¹ Minha versão da *Carta* foi obtida on-line, desta forma não havia paginação, por isso fez-se necessário a mesma fazê-la. O endereço estará disponível nas referências bibliográficas ao final deste trabalho.

mundo e da linguagem apresentada pelo primeiro observador do país. Também àquelas que foram omitidas ao não dar direito de expressão ao indígena.

1.1 A visão do Brasil sob o olhar português de 1500

Antes de descortinarmos as análises possíveis das primeiras escritas de Caminha, faremos uma breve retomada às questões histórica propostas por Olivieri & Villa (1999) acerca da vinda dos navegadores portugueses à ilha desconhecida que hoje chamamos Brasil.

Segundo esses autores (idem p. 06) o país não foi propriamente descoberto pela tripulação de Pedro Álvares Cabral, antes já havia estado aqui em 1498, o navegador Duarte Pacheco Pereira, a mando do rei D. Manuel I. Porém, foi somente em 22 de abril de 1500 que o território brasileiro foi oficialmente integrado na História universal, toma posse o Reino de Portugal.

Ao longo do século XVI e XVII, diversos viajantes europeus que aqui estiveram registraram em papel suas observações sobre a terra. Estes textos se resumiam em depoimentos e relatos de viagem, apresentando aos compatriotas uma descrição da Nova Terra. O primeiro desses textos escritos é a *Carta* de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, escrita entre abril e maio de 1500, todavia sua publicação ocorreu apenas em 1817. Nela, o escrivão relata o descobrimento da terra, descrevendo dela aspectos físicos e os primeiros contatos de sua tripulação com os nativos.

Toda historiografia do período, segundo os respectivos autores é atribuído o nome de “literatura de informação” (Olivieri e Villa, 1999, p. 10) ou “literatura de viajantes” (Bosi, 1994, p. 14), por se tratar de “informações que viajantes e missionários europeus colheram sobre a natureza e o homem brasileiro.” (idem, p. 13). Nesse âmbito, nosso interesse em reexaminar um texto da literatura considerada informativa ou de viagem é reconhecer em seu teor uma parte da história do Brasil, vista pelo olhar do invasor, por um “olhar exógeno”, o que quer dizer, um olhar de fora para dentro segundo Bernd (2003, p. 35). Além disso, a *Carta* sugere aberturas pelas quais é possível repensar os caminhos que levaram à constituição étnica brasileira (a cultura, as raças, a identidade e até mesmo a história), a partir do lugar que o “mito fundador” ocupa no exercício das descrições de Caminha que nomearam a terra e seus homens, transmitindo à literatura nacional um conjunto de imagens abertas a constantes investigações.

Escrita como se fosse uma “carta-diário” durante a expedição de descobrimento de novas terras por Portugal, o documento visava informar o rei acerca do novo mundo. Esses

relatos se constroem, num desenrolar de acontecimentos, tendo como finalidade provar ao rei português que os investimentos com vistas à colonização do Brasil eram compensatórios. Nesse contexto histórico e cultural, a *Carta* foi para seu escritor uma tentativa de representação da terra e dos indígenas brasileiros, o que se fez necessário a sua presença como um meio de referência para as análises posteriores. Seu teor será tomado para que outra análise seja feita em torno da nacionalidade, que nos parece ser o caso típico principalmente em *Macunaima*, onde sua “carta” possivelmente adquire essa função ou propósito. A *Carta* participa da ficção fundadora da presença portuguesa, e o sentido de tal ficção é conferir um direito aos portugueses em relação ao Brasil, haja vista que a priori Portugal precisava de algo que comprovasse sua estada na ilha desconhecida e para isso havia de escrever um documento que registrasse esse momento. Isso faz com que os brasileiros tendem a assumi-la como legitimação de sua identidade.

Deste modo, as escritas do escrivão nos servirão de base para a comparação que propomos, quando estamos fazendo uma retrospectiva às raízes evidenciadas no primeiro documento escrito sobre o descobrimento do país. Mesmo sendo pelo olhar do invasor, pois o que nos interessa são os relatos feitos do país, porém, nos valeremos aqui também do teor ideológico subscrito no discurso de um observador atento à realidade primitiva e desconhecida, com a qual teve seu primeiro contato ao pisar na ilha desconhecida.

Com a chegada das navegações, os europeus se aventuraram por rotas desconhecidas e puderam apresentar para seus conterrâneos outra realidade, diferente daquela que eles estavam acostumados no meio em que viviam. E é por isso que em seu discurso formal, o escrivão investe-se no seu papel de escritor e mostra imagens do que até então era imaginário na Europa, no referente à terra e aos seus habitantes. Como se observa nas suas escritas aos conterrâneos, sobretudo ao rei, apresentando-lhes nitidamente o que visualizava: *tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, a qual bem por certo creia que, para aformosentar nem afear, aqui não há de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu* (CAMINHA, 1963, p. 01). Nota-se também, no trecho, um cuidado peculiar em narrar somente o que lhe permite o alcance do olhar, por isso logo a necessidade em se dizer *segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro* (idem, p.02).

Para mostrar o que dizia, Caminha precisava comprovar, por isso, estava sempre sendo tão detalhista às coisas que aqui encontrara. Então, Caminha visualiza e escreve uma realidade adversa à que os europeus idealizaram a respeito do Novo Mundo. Já que para eles este mundo novo seria como o paraíso terrestre, tudo lindo e maravilhoso, então apresentar-lhes os

habitantes da terra da maneira como via, precisava sempre de comprovação. Por isso, ele sempre escrevia “segundo disseram”.

Isso acontecia também, em nosso ponto de vista, pela necessidade de justificar tamanho esforço que tiveram para com a terra achada. Mediante isso, o texto de Caminha trata das riquezas e possibilidades de colonização. Já que, mesmo que as navegações tivessem o interesse pela cristianização dos habitantes, a conversão dos índios em terras inúteis (inférteis, sem riquezas), geraria um despropósito que desmascararia todo o esforço evangelista, pois não queriam somente a “salvação” destes, mas também a usurpação de suas terras. Assim, Caminha dá seus contornos e caracteriza a terra achada:

Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvessem vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos – terra que nos parecia muito extensa. [...] Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d’agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! Contudo, o melhor fruto que nela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. (CAMINHA, 1963, p. 13, 14)

Sobretudo, seus ideais eram políticos e econômicos, por isso a primeira missa celebrada em terras brasileiras apresenta-se todos os meios institucionais da história colonial. Como podemos observar neste trecho: [...] *Plantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe haviam pregado, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos [...]*. (CAMINHA, 1963, p. 12). De acordo com Cunha (2006, p. 121), “Lá estão as autoridades portuguesas que tomam posse da terra em um ato de estado, congregando o domínio político e o religioso, a Fé e o Império”. Caminha assegura que só a dominação das riquezas não lhes é suficiente, faz-se necessário, ao mesmo tempo, tornar-se possuidor, conquistar e cristianizar tal gente: *E hoje que é sexta-feira, primeiro dia de maio, pela manhã, saímos em terra com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio, contra o sul onde nos pareceu que seria melhor arvorar a cruz, para melhor ser vista* (idem, p. 12). Com isso, fica claro a imposição do poderio português e do cristianismo pelos navegantes de Cabral.

Porém, há uma controvérsia na descrição que Caminha faz acerca da conversão dos índios. Num momento ele acredita que os nativos são fáceis de serem cristianizados:

E segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente, não lhes falece outra coisa para ser toda cristã [...] Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. [...] por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados e convertidos ao desejo de Vossa Alteza. [...] (CAMINHA, 1963, p. 11, 13)

Em outro momento, o próprio escrivão deixa escapar a possível não conversão destes: *E creio que o faziam mais para verem a ferramenta de ferro com que a faziam do que para verem a cruz, porque eles não tem coisa que de ferro seja [...]* (idem, p. 10). Portanto, vemos que o interesse dos nativos pelas coisas dos portugueses, até mesmo os objetos e utensílios da igreja, seria por mera curiosidade e não por devoção, como o escritor afirma acima; como se os índios selvagens soubessem o significado da cruz.

1.2 Sob o olhar de Caminha

Mesmo com as restrições e contradições no olhar do cronista sobre a terra, a *Carta* produz uma história de pontos de vista, de divergências entre modos de observação, de singularidade no olhar, propondo que nos vejamos pelos olhos deles. Segundo Castelo (apud Olivieri & Villa, 1999, p. 18), a *Carta* é “a primeira expressão do deslumbramento e ao mesmo tempo dos equívocos e intenções do colonizador português, através de uma linguagem fluente e poética, com certo senso de humor (...). É o ponto de partida da exaltação e valorização da terra aos olhos do colonizador (...)”. Vê-se nas narrativas da *Carta* os reflexos de valores, crenças, hábitos, religiosidade, ideologias, enfim, a mentalidade e o imaginário que Caminha demonstra em seus registros sobre os povos encontrados na nova terra. Os julgamentos são particulares, mas são suficientes para a aplicação de similaridades das imagens da *Carta* de Caminha com as semelhantes no imaginário construído sobre o Brasil nas obras de Andrade e Barreto, que apresentaremos nesta pesquisa mais a frente.

A *Carta* traz, como todo documento, a idéia do contexto histórico que explica e ilustra o país. Essa explicação relatada do Brasil que nos faz olhar para ela como representativa de

uma época, oferece-nos a percepção da imagem de como se via o *outro*, quando avaliado em suas formas, sua natureza, seu modo de apresentar-se, sua proximidade ou distanciamento da humanidade (como se eles realmente não fizessem parte dela) ou do molde de civilização ali confrontado. De acordo com Bernd (2003, p. 22),

(...) a visão dos primeiros europeus a viajarem pelo Novo Mundo corresponde, na verdade, a uma tentativa de negar para em seguida poder atribuir, às terras e aos povos recém-descobertos, uma identidade construída à imagem e semelhança dos dominadores.

Sinteticamente, é como aconteceu no encontro das duas culturas com o imaginário construído sobre elas, incorporado à imposição cultural e exploração econômica de Portugal. Caminha nega a cultura dos autóctones ao relatar que eles não possuíam saberes nem civilização, com o intuito de numa futura colonização imporem-lhes sua cultura e seus valores. As descrições e conclusões sobre a valorização do comportamento dos nativos seriam necessárias, sob o olhar europeu, para integrá-los no sistema de valores, visto que o *outro*, na visão de Caminha, estava sempre em “inferioridade” à cultura europeia.

Para entendermos melhor essa questão do *outro*, usaremos as definições de Bernd (2003) para explicitar a necessidade do *outro* na construção da identidade nacional. O termo identidade se “origina da consciência de sua perda e se desenvolve na busca de sua reconstrução” (p. 16). Esse termo será visto aqui como “meio” indispensável para entrar em relação com o “outro”, e não como “fim” em si mesmo. Haja vista que uma identidade só pode ser construída a partir da alteridade, ela não deve negar o *outro*, pois é “impossível conceber o ser fora das relações que o ligam ao *outro*” (Bernd, 2003, p. 16).

Trata-se, de entender a identidade como uma instituição que se constrói simbolicamente no próprio processo de seu reconhecimento. Então, “a consciência de si toma sua forma na tensão entre o olhar sobre si próprio – visão do espelho, incompleta – e o olhar do *outro* ou do *outro* de si mesmo – visão complementar.” (idem, p. 17) Isso quer dizer, sinteticamente que quem somos será constituído a partir do olhar do *outro*, ou do *outro* que existe dentro de nós mesmos, pois somos determinados a partir do conceito do *outro* sobre nós, então só podemos existir a partir do *outro*. Desse modo, a identidade será o espaço onde se encontrarão o “eu” e o “outro” e assim se construirá. Porém, não podemos esquecer que essa construção é móvel, ela não se fecha em seus conceitos, pelo contrário está em

permanente movimento. Com isso trás em si a dominação cultural, procurando reencontrar ou redefinir seus valores.

Isso nos interessa nas reflexões sobre a constituição identitária do Brasil, pelo fato de que as imagens do colonizador decorrem toda a construção do imaginário da colonização do Brasil, que até hoje serve de fonte para a criação das próprias percepções da nacionalidade, pelos brasileiros. Ao negar a alteridade, Caminha impede que o outro ensine e o faça refletir sobre a validade de sua própria cultura. O escrivão comete um deslize ao atribuir significação à conduta e natureza dos nativos utilizando-se do seu senso comum para o julgamento. Na sociedade de Caminha o outro estava sempre em defasagem em função do europeu. Conforme se nota em suas entrelinhas, há bastante indício que demonstra o olhar europeu (que faz menção em tudo aos valores da cultura européia) e de superioridade que permeia a descrição de Caminha:

Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. [...] Bastará que até aqui, como quer que se lhes em alguma parte amansassem, logo de uma mão para outra se esquivavam, como pardais do cevadouro. Ninguém não lhes ousa falar de rijo para não se esquivarem mais. E tudo se passa como eles querem - para os bem amansarmos! [...] fatos de que deduzo que é gente bestial e de pouco saber [...]. E naquilo ainda mais me convenso que são como aves, ou alimárias montesinhas, as quais o ar faz melhores penas e melhor cabelo que às mansas, porque os seus corpos são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não pode ser mais! [...] (CAMINHA, 1963, p. 02, 08, 09)

A atitude de Caminha em relação a esse outro tem um sentimento de estranheza que é difícil ignorarmos. O mesmo sentimento se projeta na forma como se fundamentou e se manifesta, hoje, a identidade nacional, pois o outro ainda causa tanta estranheza. A questão da alteridade (que se relaciona ao outro) segue várias proporções; passando por um julgamento de valor, aceitação ou rejeição (aproximação ou distanciamento), identificação. É evidente que, no caso da *Carta* de Caminha o outro, é tido como “inferior”, recebe o julgamento conforme o interesse do julgador, que é conveniente a mente eurocêntrica da época.

Outrossim, as imagens sobre a visão paradisíaca em relação à terra revelam-se nas muitas citações que engrandecem suas características: como sendo boa, de “muitos bons ares”, “muito extensa e cheia de grandes arvoredos de infinitas espécies”, e “querendo-a aproveitar, dar-se-à nela tudo”, “muita água e muito boa”, “muito e bons palmitos”, “muitas aves”, “papagaios grandes e formosos”, além de ser habitada por “esta gente boa e de bela

simplicidade”. Essas qualidades expressam o que o homem quinhentista, representado por Caminha, supunha de um paraíso terrestre, de um éden perdido, o que fazia parte do imaginário da época.

Com isso, percebem-se duas fontes opostas que se instauraram na narrativa. De um lado apresenta-se o aspecto profano, ao revelar a anormalidade, a monstruosidade dos habitantes, tanto em seus modos de serem quanto no vertente ao âmbito da fé cristã: [...] *lhes ensinarem o que pertence à sua salvação. [...] Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons.* (CAMINHA, 1963, p. 12), como se quisesse dizer que eles eram homens maus. E de outro, a visão edênica, que se revelou por meio da vida livre e despreocupada do índio, a inocência original, como se observa nestes trechos: *parece-me gente de tal inocência [...] Eles não lavram nem criam [...] nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas [...] comem sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam*”, [...] *assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior* (idem, p. 12, 13), o que prova e configura a imagem do “paraíso terrestre”. Esse jeito de ser dos indígenas proporcionava uma qualidade de vida e de saúde que seria própria, ou pelo menos se aproximava do paraíso de Deus.

No mesmo âmbito religioso, observamos o olhar do escritor frente à atitude dos nativos no ato da missa: *E andando assim entre eles, falando-lhes, acenou com o dedo para o altar, e depois mostrou com o dedo para o céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomamos!* (ibidem, p. 12). Para Caminha, o comportamento dos índios dá a entender que eles estão compreendendo o significado da religiosidade cristã. Vale ressaltar, porém, que isso é uma interpretação, não uma observação e muito menos sabemos se é verdade ou não, haja vista que hoje temos conhecimento que a religião católica foi imposta aos índios na colonização. O entendimento que eles tiveram da missa é uma incógnita, já que não contamos com a sua versão dos fatos, é o olhar de Caminha e não dos índios. Contudo, no comportamento dos habitantes “é possível admitir um interesse soberano e tolerante pelos rituais do Outro”. (Cunha, 2006, p. 130), coisa que não se pode ver da parte do invasor.

Porém devemos considerar a alegria incontida e natural do indígena, que [...] *depois de acabada a missa, quando nós sentados atendíamos a pregação, levantaram-se muitos deles e tangeram corno ou buzina e começaram a saltar e dançar um pedaço.* (CAMINHA, 1963, p. 06). Já que os nativos estariam entendendo o significado da missa (no olhar do escritor),

porque então a festa que faziam? se deveriam estar reverenciando e respeitando o símbolo da cruz presente no lugar. Não podemos deixar de questionar que eles poderiam estar ironizando o exagero litúrgico com a dança festiva, desfazendo o significado da transubstanciação da eucaristia. No entanto, isso vai surpreender o escrivão, arraigado na seriedade do ritual sacramental da missa celebrada. Porém, não podemos afirmar se a alegria sem causa aparente dos nativos seria em devoção ou com intenção desvalorizadora e sarcástica em relação aos europeus.

Simultaneamente, a missa relatada “é o primeiro ato colonizador” (Cunha, 2006, p. 123). Os rituais fazem enxergar no texto documental que, enquanto o invasor aprecia a missa e a considera um ato sagrado a ser imposto ao nativo, a alegria deste é apresentada como instrumento diferencial, apreendendo a atenção do observador. Assim também observamos que no decorrer da missa os aborígenes não permaneceram atentos ou sossegados, durante o decorrer da cerimônia saem, voltam, conversam entre si: *E andando assim entre eles, falando-lhes [...]*. (idem, p. 12). O que poderia ser para os europeus um ato de heresia, ao transgredir o momento sagrado do ritual cristão, torna-se simbolicamente em “alegria sem culpa”. Isso acontece de forma oculta entre as palavras do escrivão, mas que no decorrer da *Carta* deixa vazar pelos enunciados de seu encantamento na nova terra e exposição do índio. Outro ponto de vista também seria que tal cena configurava a própria cultura dos autóctones, haja vista que até nos dias atuais as tribos indígenas realizam esse tipo de danças, a alegria é um traço subjetivo da cultura indígena.

Com esses relatos Caminha apresenta os indígenas aos conterrâneos. Essa introdução do índio no cenário europeu por essa vertente expressa à contradição no processo figurativo, ao transportar de terras distantes um habitante que não compartilha os valores cristãos e o insere num processo de negação de sua própria cultura. Para os descobridores era preciso “(...) negar uma identidade aos autóctones, insistindo na negatividade, na carência e cunhando, de certa forma, uma matriz identitária marcada pela falta e pela privação.” (Bernd, p. 22). Mas fazemos a simples pergunta, onde ficam os valores do *outro*, de sua cultura?

Contudo, há na *Carta* duas vertentes que se divergem. A primeira descrição feita acerca do nativo é favorável: *E dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito [...]. Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. [...] A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos [...] esta gente é boa e de bela simplicidade* (CAMINHA, 1963, p. 02, 03, 11). Esses trechos mostram que os habitantes da terra encontrada também eram homens como eles, e não

monstros ou animais como nos parece na segunda descrição em alguns fragmentos: “gente bestial”, “ambos traziam o beijo”, “andavam tosquiados”, “estavam já mais mansos”, “para os mais amansar”, “como pardais do cevadouro”, “são como aves ou alimárias montesinhas”.

Ao desconsiderar os valores culturais dos indígenas, instaura-se o olhar eurocêntrico do conquistador da terra. Isso pode-se observar em algumas falas de Caminha, nas quais percebemos as idéias futuras da colonização: [...] *esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que se lhes quiserem dar [...]* (CAMINHA, 1963, p. 11). Está esboçado no trecho o plano da colonização, no qual o índio é tomado como um ser desprovido de cultura, de evangelização, de civilização, de bens, desaparecendo assim sua alteridade, e ao qual, no olhar de Caminha, deveria ser impostos os valores europeus: *Ninguém não lhes ousa falar de rijo para não se esquivarem mais. E tudo se passa como eles querem - para os bem amansarmos!* (idem, p. 08).

Não há na *Carta* de Caminha a descrição de um projeto colonizador, mas percebemos implícito nos trechos acima, alicerçados no comercialismo e cristianismo (catolicismo). *Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo.* (ibidem, p. 14), é a confirmação do modo como se pensava materializar a potencialidade da terra prometida. Certeza de abundância pela sua vasta natureza e de avanço no desenvolvimento econômico, para assim, dela tirar o máximo de proveito (lucro). Ou seja, o escritor da *Carta* passa ao destinatário a idéia de que aqui poderia fazer o que quisesse, com quem quisesse, deixando de lado os interesses dos índios. Ninguém pergunta a eles o que eles gostariam, não lhe dão a chance de dizer, de expressar seus pensamentos, lhes são suprimidos os direitos da fala. Supõe-se que os portugueses agiram de maneira tão cordial premeditadamente para evitar conflitos, pensando em preparar seu futuro estabelecimento no território brasileiro. O escrivão tenta mostrar ao rei algo que positivamente nunca existiu: “o consórcio harmonioso entre o colonizador e o habitante natural da terra, o reconhecimento da resistência heróica das culturas autóctones, a convergência entre valores nativos e os valores da civilização ocidental”. (Cunha, 2006, p. 101).

Na *Carta* só se identifica o olhar de seu narrador (o de fora). O comportamento e os costumes dos nativos até que despertava curiosidade, mas não havia a tentativa de compreendê-los, de valorizá-los. Pelo contrário, julgavam-se pela aparência que eles tinham ausência de costumes. Na apresentação das coisas européias realizada no navio para impressionar alguns dos nativos levados para lá, que não deram nenhuma importância, nem demonstraram veneração ou respeito, revela para o escrivão a ausência de lei, rei, ou governo.

Isso pode ser evidenciado na cena apresentada que demonstra as relações de poderio dos portugueses, quando Cabral,

[...] estava sentado em uma cadeira, aos pés uma alcatifa por estrado; e bem vestido, com um colar de ouro, mui grande, ao pescoço. [...] e nós outros que aqui na nau com ele íamos, sentados no chão, nessa alcatifa. [...] E eles entraram. Mas nem sinal de cortesia fizeram, nem de falar ao Capitão; nem a alguém. (CAMINHA, 1963, p. 03)

Os índios não poderiam fazer reverência a uma pessoa que para eles não significava ninguém importante. Para eles alguém importante seriam só os da sua tribo e não aquele desconhecido. Por isso, aquela concepção hierárquica obtida pelos portugueses nada significava para eles, bem como os seus gestos de subordinação. As diferenças nos valores são interpretadas como ausência de civilização: *de que deduzo que é gente bestial e de pouco saber, e por isso tão esquiva* (idem, p. 09). Por isso comungamos da opinião Cunha (2006, p. 97) quando ressalta que para os “(...) ‘europeus’ inadaptados e imbuídos de permanente missão de colonizar, civilizar, corrigir, governar e usufruir, o Outro (o índio) está sempre posto nas relações sociais como existente para ser, em algum nível, ‘desfrutado e destruído’”.

Adotado no mesmo âmbito ao padrão europeu, a desigualdade é marcada pelas características de mansidão e selvageria: *estavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós estávamos entre eles*. (CAMINHA, 1963, p. 11). Nota-se que o índio não era esse bárbaro que o cronista em certos momentos destacava, haja vista que no fragmento acima ele mesmo declara que são “mansos”. Assim, o percurso das imagens, ora de bondade, ora de selvageria, estabelece a relação de poder sobre o colonizado. De tal modo, a mansidão e a segurança são mais visíveis no nativo em relação ao colonizador, do que neste em relação àquele, visto o poder de persuasão que o dominador possui, ao impor seus hábitos, utensílios, rituais e símbolos religiosos e hierárquicos. Como observa-se neste fragmento:

[...] e acabada a pregação, trazia Nicolau Coelho Neto muitas cruces de estanho com crucifixos, [...] se assentou o padre frei Henrique ao pé da cruz; e ali lançava a sua a todos – um a um – ao pescoço, atada em um fio, fazendo-lha primeiro beijar e levantar as mãos. (idem, p. 13).

Vale salientar que o encontro das culturas, no decorrer da conquista, torna-se cada vez mais etnocêntrico, a ponto de estabelecer a superioridade e quase destruição total dessas culturas nativas. Historicamente, os nativos foram de inocentes a monstros, de serenos a selvagens, nas idealizações dos descobridores estrangeiros. Nisso cabe aqui ressaltar o aspecto ambíguo da escrita de Caminha, pois os nativos ora representam o papel de inocentes, ora de vadios e preguiçosos. Contudo, a impressão que se nota oscila de acordo com as circunstâncias de abordagem, é “um sentimento ambíguo que se encontra em algum lugar entre o encantamento e a recusa” (Cunha, 2006, p. 22) e reflete, de certa maneira, no fascínio do escrivão ante ao quadro visível da nova terra. Nisso podemos concordar, pois ao lermos a *Carta* é como se estivéssemos frente a um quadro pintado. Sua exuberância nas paisagens reveladas por Caminha das matas, suas árvores grandiosas, sua diversidade nos bichos e aves, como também nas águas doces etc. Ele escreve tão minuciosamente que nos faz transportar para dentro de seus relatos e vivenciarmos tudo aquilo que ele conta.

Caminha, em momento algum, como todos de sua época, estava pronto a reconhecer os elementos e costumes culturais dos nativos como algo diverso, que fazia parte de seus valores. Esses elementos em destaque, principalmente quando demonstram fortemente sua cultura na cena da dança já mencionada, são “os componentes da nacionalidade” de acordo com Cunha (2006, p. 122). A atitude do escritor-escrivão foi direcionada a estabelecer a avaliação entre o encontrado e sua “ideal” civilização, e a orientar o que seria necessário para que os nativos saíssem daquele estado cultural “primitivo”, “não civilizado” para alcançar o seu, que seria em seu ponto de vista a salvação dos indígenas. Nos trechos que se lê falta de fé (religião), de casas, de hábitos, de símbolos, entre tantos outros, é interpretado pelo observador como ausência de conhecimento que, preso nos valores europeus, produz relações de divergências com os índios.

Desta maneira, abordaremos na análise da *Carta* o aspecto comercial nas relações de troca entre os europeus e os indígenas. A generosidade e as trocas por quaisquer coisas que satisfiziam os nativos, não fizeram Caminha entender que os valores comerciais são convencionais e que o ouro e outras coisas de seu valor comercial, estavam apenas ligados ao sistema europeu. Para o oriundo da terra o que tinha valor era o que era da terra, por isso valiam-se de seus objetos como arcos, setas e contas, para serem instrumentos de troca, ou seja, produtos aos quais eram agregados valores comerciais, como observamos neste fragmento: *Eles davam desses arcos com suas setas por sombreiros e carapuças de linho, e por qualquer coisa que lhes davam.* (CAMINHA, 1963, p. 07). Para o escrivão as coisas que

os índios trocavam por seus objetos eram chamadas de “qualquer coisa”, pois para este não tinham nenhum valor comercial, porém para aquele era algo novo, desconhecido, então a valorização e necessidade de tê-los.

O interesse mercantilista é tanto que o observador da terra achada acredita fortemente que na terra descoberta há ouro ou outros tipos de minério:

[...] um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. E também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata! [...] Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos! (CAMINHA, 1963, p. 03, 04)

Os gestos dos nativos eram interpretados à revelia, embora pudessem significar outra coisa como, por exemplo, que eles queriam o colar para levar para a terra. Entretanto, o próprio Caminha admite que desejavam tomar no sentido de que havia ouro na terra. Todavia, ele se contradiz ao acreditar que havia ouro em um momento, e em outro, ele mesmo afirma que não o encontraram: *Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos.* (idem, p. 13). Caminha tinha que dar a entender ao rei que havia riquezas na terra, porém não poderia afirmar com certeza por não terem visto ainda. Haja vista que tudo que dizia ao Imperador sentia necessidade de comprovação.

Mediante essa discussão acerca das primeiras escritas sobre o Brasil, percebe-se que a *Carta* de Caminha não se trata de uma narrativa especialmente literária, com as características das obras apontadas nos capítulos seguintes deste trabalho, mas preserva em seu traço imagético implicações capazes de se aproximar do fazer artístico, pelo fato de poder transportar a realidade observada para as palavras, já que um dos objetivos da literatura é expressar a realidade. Com isso não queremos dizer que a *Carta* pode ser considerada literatura, mas que se aproxima de algumas definições acerca dela, como a que acabei de mencionar.

Considerada fundadora da história do descobrimento do Brasil por ser o primeiro documento oficial, foi escrita sob a visão de um português, estabelecendo assim, uma nacionalidade que não se aplica a formação étnica e cultural do país. O interessante a se questionar é que ia descobrir o já descoberto? Já que havia habitantes na ilha desconhecida.

Porém, o principal não era o “descobrimento”, mas a apropriação da terra. O viajante português “escreve de um lugar marcado por profunda incerteza – dado o impacto do encontro com o desconhecido, com uma diferença ainda não assimilada –, não afirma um sentido único, inventaria possibilidades e põe em evidência os limites de sua aceitação” (Cunha, 2006, p. 133). No entanto, a *Carta* enquanto documento é ensinada (no espaço escolar) como se fosse a realidade, a verdade sobre o encontro “pacífico” entre brancos e índios, na maioria das vezes, ela é repassada como se fosse verdade única.

Deste modo, ao relatar os costumes dos índios põe em evidência à cultura dos autóctones. O termo costume está hoje atrelado ao conceito de cultura, mas para Caminha era mais nítido julgar seus recentes conhecidos por seus costumes do que por sua cultura. Não havia como, em dez dias, Caminha observar o que eram os costumes dos nativos, mas sua vontade em descrever o que estava diante de si o fez traduzir o que via, apoiando-se no que era costume em seu grupo social. No ponto de vista aqui assumido, chama-se de costume os significados, atitudes e valores que Caminha atribuiu aos nativos e como detalhou as relações sociais advindas dessas expressões. A saída encontrada por Caminha foi encaixar tudo o que via aos seus referenciais, assim, livrava-se das surpresas e de ter que admitir o desconhecimento e o não compreendido. De antemão, tudo que no costume dos nativos pareciam-lhes estranho, deveria ser mudado.

Nesse confronto cultural, a terra recém encontrada representou um choque, no qual as concepções das “culturas superiores” se encontram com “culturas inferiores” e geram uma desigualdade na qual triunfa a mistura de “raças”. Nesse sentido vale ressaltar, como suma importância, que a *Carta* de Caminha, enquanto visão inaugural desse encontro singular entre duas culturas oferece subsídios para a compreensão da ambigüidade que até hoje transcorre a noção da formação e disposição nacional brasileira. Assim sendo, as leituras da produção discursiva que vêm sendo empreendidas no viés aberto dos estudos culturais, apresentam-se como alternativas de leitura, que “ficam a aguardar o atrito de outros lances, no jogo sempre **inacabado** das interpretações da leitura da literatura, da cultura, da história e da identidade”. (Cunha, 2006, p. 133, grifo meu). Justamente esse aspecto inacabado da cultura e da identidade é que temos como principal objetivo mostrar com nossa pesquisa; que a nação brasileira é um grande exemplo dessa diferenciação, dessa incompletude que abarca a construção da nossa identidade nacional.

Todas essas compreensões serviram como modelo para a origem da construção da nacionalidade brasileira que oscilou entre paraíso e inferno, com a mesma intensidade das propriedades da nossa multifacetada identidade coletiva. Embora hoje essa discussão ultrapasse as questões de nacionalidade, ou seja, do pertencimento a uma cultura nacional e, se desloque para uma constante busca dos grupos sociais pelo direito a *diversidade*, o Brasil ainda lida com a questão da nacionalidade como ideal a ser alcançado, pois a identidade está atrelada à diversidade, a valorização do “outro”. Esse outro aqui seria o próprio brasileiro, as raças, as culturas, a língua popular brasileira, etc. Segundo Bernd (2003, p. 23) “esta visão etnocêntrica que dividia o mundo entre civilizados e bárbaros e que se recusa a reconhecer os ameríndios em sua alteridade, terá tendência a cristalizar-se como doxa até nossos dias, gerando o preconceito e o racismo”. Porém, tratar da diversidade seria tratar da própria identidade nacional brasileira, haja vista que ela se constrói a partir de certos discursos e estes não nascem do vazio, mas são gerados e transformados no interior de cada reprodução social, cultural e literária de um povo.

A configuração atual do Brasil é muito diferente de quando a esquadra de Cabral desembarcou no nordeste brasileiro, mas muitos elementos como a língua, a religião, as festas, entre outros que vemos hoje na nossa cultura, nos nossos costumes e no nosso cotidiano são efeitos da colonização portuguesa. Deve-se salientar ainda, que nem tudo é advindo dos portugueses, mas da mistura entre as raças branca, indígena e negra. O conhecimento da história do descobrimento se deu da forma como conhecemos devido à mediação dos portugueses, então podemos dizer que nos conhecemos pelos olhares deles.

2º Capítulo: A visão do Brasil reelaborada pela ficção: olhar de dentro

Com os estudos dessas duas obras que marcaram a literatura brasileira ficamos informados não só do desenvolvimento literário evidenciado pela reinvenção, mas também entramos em contato com a nossa própria identidade nacional, e na busca incessante pelas nossas raízes nos encontramos em Macunaíma e Policarpo Quaresma, que representam os vários brasileiros existentes.

Ao abordarmos o assunto da identidade nacional mostraremos a literatura brasileira no aspecto de representação da nação, numa perspectiva mais abrangente do homem, da terra, do caráter de um povo que luta por valorizar suas raízes, pois isso é evidenciado nas obras. Desse modo, ao contribuir para a constituição de uma nação através de uma literatura que fosse o espelho do Brasil, que mostrasse o amor à pátria, os primeiros escritores românticos tinham “a consciência, ou a intenção de estar fazendo um pouco da nação ao fazer literatura”. (Candido, 1993, p. 18). Logo, sabemos porque as obras *Macunaíma*, de Mário de Andrade e *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto estão tão ligadas as questões da sociedade, da nacionalidade, em especial a de Barreto que é escrita com o ideário do Romantismo, mas já encaminhada para um pré-modernismo.

No Romantismo, nota-se o desejo por ser um povo independente, autenticamente brasileiro, então, os escritores seguem os traços formais que caracterizam cada vez mais a nossa literatura, distinguindo-a da portuguesa: a escolha das palavras, a temática, as histórias e o folclore populares, a cor local. A intenção nacionalista do Romantismo buscou apoio a um Brasil colorido e multiforme, mostrado pelo exotismo. Tomou como ponto principal mostrar com minuciosidade os diversos cantos do Brasil e suas particularidades. Esses elementos acabam por fermentar e fazer crescer um pensamento nacional, representando-o. Por isso, percebemos como Quaresma tinha prazer em conhecê-los e valorizar tudo o que fosse brasileiro.

Portanto, à medida que a independência literária crescia, a nacionalidade dava aos escritores liberdade e estímulo para uma criação diferente da européia, valorizando assim a capacidade criadora individual na busca de uma estética que representasse o pensamento artístico de uma nação. Havia, pois, no cerne da nacionalidade, a busca pela auto-expressão. Porém, as condições de transição pelas quais passava o país eram propícias para a adaptação da produção literária e constituição da identidade nacional.

Já no Modernismo, a fonte de inspiração brasileira estaria na natureza, não somente como representação dela, porém como restauração dos ideais de que o país tem tamanho potencial com relação às belezas naturais, aproveitamento delas e principalmente por termos a exclusividade desta formosura, que seria talvez a marca mais forte nos textos modernos. O interesse era em apresentar o “local” (nacional), porque o mais importante já era consolidar a literatura brasileira. Para isso, não deveria haver uma obra inaugural, mas uma conscientização constante dessas aspirações.

A aparição do índio já não é ponto central da identidade, porque ele agora aparece vestido com os costumes brancos e negros, exemplo do nosso herói moderno Macunaíma. Também não é a aparição de temas locais que fará dos textos o marco brasileiro, seus valores estão na intenção empregada, por isso que o modernismo defende o “sentimento íntimo”, o que Machado de Assis (1994, p. 01) ² chama de “instinto de nacionalidade”, como principal característica para se chegar à identidade brasileira. A valorização das raízes da nacionalidade se dá na tentativa de se definir e estudar a *cultura popular* brasileira.

Os ideais românticos e modernos nos são convenientes justamente pelas discussões sobre nossa identidade brasileira. Apesar de os românticos não terem conseguido definir com clareza a questão da identidade nacional, eles avistavam um horizonte, que talvez nem seja o de agora, mas foram os quem deram realmente o início na construção de tal identidade. E os modernistas com a intenção de revalorizar as raízes e a nação, construíram em seus textos elementos que identificamos como possibilidades da reinvenção que aparecerá como destacando as características próprias do povo brasileiro.

Contudo, havemos de dizer aqui, que esta construção nunca chegará ao fim, pois a identidade nacional é um processo constante de identificação, ela “não se fará num dia, mas pausadamente (...), não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela (...) (Assis 1994, p. 01). Como modelos desta visão, nota-se nas obras de Andrade e Barreto (cada um em seu meio) a constante presença na “revisão” do Brasil, para nos apresentar, suas intenções. Ambos os autores buscaram apoio para suas obras nas primeiras escritas realizadas no país, pois afinal não se consegue fazer uma boa crítica sem conhecer a história do que se está trabalhando.

² *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade.* Minha versão foi obtida on-line, desta forma não havia paginação, por isso fez-se necessário fazê-la para melhor localização e citação. O endereço estará disponível nas referências bibliográficas ao final deste trabalho.

Por isso, far-se-á um retorno ao passado histórico existente na *Carta de Caminha*, a qual vem mostrar as belezas existentes na terra Brasil, para assim, mostrarmos a reinvenção desta pelo olhar de dentro e ao mesmo tempo contribuir com a revalorização e cultivação da nacionalidade, que se manifesta através do engrandecimento da nação e da pátria presentes nas obras *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Macunaíma*.

As leituras aqui propostas partem de um modo de pensar a literatura, a história e a identidade nacional, mostrando que ao construir literatura brasileira já nos inserimos neste processo de construção da identidade, pois na literatura, através da reinvenção encontra-se esse nacionalismo que Macunaíma e Policarpo nos apresentam. Os dois personagens apresentam suas características que evidenciam a identidade nacional. Isso nos remete à Quaresma, pois ele apresenta por suas atitudes o que é ser nacional e amar o nacional. No entanto, a escolha dessas duas obras decorre ainda da necessidade de lidar reflexivamente com as expressões culturais produzidas no contexto da colonização existente na *Carta de Caminha*. Ambas relacionam-se entre si, ao mostrar a realidade do Brasil, assim como tentou fazer o escrivão do rei.

2.1 A visão nacional sob o olhar de Andrade e Barreto

Segundo Antonio Candido (1993, p. 17), “quem escreve, contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração nacional”. Portanto, a literatura é constituída de um conjunto de produtores literários, um conjunto de receptores e uma linguagem, que ligam-se uns aos outros. Este conjunto estabelecido por Candido constituído por **escritor, obra e leitor**, forma um tipo de comunicação inter-humana, ou seja, o escritor dialoga com seu leitor através de sua escrita, assim como vemos nas obras de Barreto e Andrade. No início da nossa literatura, alguns românticos e críticos estrangeiros, conceberam a literatura do Brasil como expressão da realidade local e, ao mesmo tempo, artifício necessário na construção nacional. Eles queriam “mostrar o Brasil à Europa” (idem), é a fase nacional da literatura brasileira.

Portanto, a maioria dos escritores brasileiros tinham a ambição de escrever um “retrato do Brasil” e isso explica a exuberância da nossa literatura brasileira no que tange a questão da nacionalidade. Contudo, percebe-se que alguns exemplares da literatura brasileira, principalmente os que dizem respeito a esta pesquisa, investidos na necessidade de representar a nacionalidade, parecem atraídos a corrigir a imagem da primeira descrição dos autóctones, no que diz respeito à passividade. Com isso, as novas interpretações da origem pressupõem

sempre tornarem-se “algo mais perfeito, mais adequado, fazendo-o corresponder a um ideal ou a uma necessidade”. (Cunha, 2006, p. 124). Para serem compreendidas as novas produções textuais, apresentam-se as expectativas e a necessidade do auto-reconhecimento da sociedade o que moveu seus escritores a investirem mais na “configuração da nacionalidade” (idem).

Com a “reviravolta valorativa” (ibidem, p. 127) proposta pelo Modernismo, notamos que a distância no tempo, desde a *Carta* de Caminha, torna visível a ingenuidade e o ufanismo na escrita originária. A isso podemos chamar, de acordo com Cunha (2006), de *reversão de valores* (p. 127), ou seja, é o retrocesso que acontece nas respectivas obras para mostrar e caracterizar esse processo de *diferenciação*. Essa diferenciação é observada no “caráter postiço, inautêntico, imitado da vida cultural que levamos” (Cunha, 2006, p. 127). A esse ponto de vista colocado pela crítica literária lançamos bons olhos, pois vem a calhar com nossos anseios em mostrar que através da *Carta* de Caminha ficamos sabendo de onde se originou esse aspecto “copiado” da cultura brasileira. E é esse necessariamente o ponto ao qual queremos chegar, mostrar que no Brasil existem vários tipos de cultura, a negra, a branca e a indígena, todas convivem uma com a outra de modo que há um emaranhado de valores que chega a ponto de não sabermos diferenciá-los. A identidade brasileira então, está em constante processo de identificação, de reconhecimento do diferente, é a busca pela revalorização dos objetos culturais que constituem a nação.

A partir da reversão de conceitos materializados na *Carta*, apresentados pela tradição européia, mostraremos nas escritas de Andrade os aspectos que resultam na desnaturalização e desconstrução da figura do índio, que apresenta a desmontagem também da hierarquia com a crítica ao princípio e à obsessão da origem mostrada pelo olhar de um europeu que pensava e defendia que o melhor era o da civilização, desvalorizando o natural, o índio. Porém, é desse texto informativo que outros escritores do Romantismo e em seguida do Modernismo extraem a imagem do índio que utilizarão como “personagem-símbolo” da nacionalidade, para proporem uma nova noção de nacionalismo, que questionava sarcasticamente os padrões culturais europeus seguidos até então no Brasil, assim como podemos notar nas obras barretiana e andradeana. Em ambas, exemplificamos através dos personagens principais esse questionamento dos valores europeus. Nelas a anedota, a aventura e a fantasia notadas pelas peripécias e pelos episódios emocionantes, se misturam com as informações sobre a terra, a natureza, os animais e os acontecimentos histórico-culturais (no caso de Macunaíma lendas e em Quaresma saudades), gerando narrativas com as quais o leitor não consegue deixar de se envolver.

Posto esse modelo de exibição do país, Mário de Andrade vai se valer de *Macunaíma* para nos mostrar as belezas, as riquezas da nação, com o intuito de valorizar nossas raízes. No mesmo âmbito, Lima Barreto por intermédio de Quaresma vem nos mostrar as maravilhas do Brasil, entretanto, apresenta-se em sua obra um caráter de denúncia aos preconceitos sociais e de cor existentes na sociedade de sua época.

A obra de Mário de Andrade é considerada uma das obras-primas da literatura brasileira. A história do “herói sem nenhum caráter” é composta da reunião de lendas e mitos indígenas com visões folclóricas da Amazônia e do resto do país, fundando assim uma nova linguagem literária, com uma marca bem brasileira. Como criada em meio ao movimento antropofágico, tem o objetivo de mostrar a cultura brasileira às demais, sendo uma obra revolucionária ao desafiar o sistema cultural vigente. *Macunaíma* é fruto de anos de pesquisa sobre as lendas e mitos indígenas e folclóricos que o autor reúne utilizando a linguagem popular de várias regiões do Brasil. Trata-se de uma narrativa poética oral que resume as tradições folclóricas de todo um povo.

Por isso, a obra apresenta-se em grande estilo a fantasia, que reúne temas e processos de composição improvisados, tirados de cantos tradicionais ou populares. Além de descrever vários mitos e lendas populares, Andrade também inventa alguns mitos. De maneira irônica, apresenta os mitos da criação do futebol, do truco, entre outros termos levados por Macunaíma do interior do mato virgem para a civilização. Ao criar um personagem que vem da mata para a cidade (civilização), o autor inverte os relatos dos cronistas quinhentistas, como Caminha que é ele “civilizado” quem vai para o mato.

Em *Macunaíma* o autor encontrou definitivamente a essência do brasileiro, ele “não tem caráter”. A esse termo caráter não designa somente a questão moral, mas manifesta-se nos costumes, na ação exterior (o outro), no anseio de uma língua natural que expressasse exatamente a falada pelo povo, encoberta em toda a História, portanto, no desenvolver das ações tanto para o mal, como para o bem. Por língua nacional Rosenfeld (1994, p. 109) afirma que “é uma língua popular sintética, que abrange todas as regiões amorosamente e procura unir os diferentes modos de falar de um país imenso sob um denominador comum”.

De acordo com o próprio Andrade “em prefácio que nunca chegou a publicar com o livro (...): O brasileiro não tem caráter porque não possui nem civilização própria nem consciência tradicional”. (ANDRADE, 2001, p. 169). Justamente por isso, ele descreve alguém que fosse modelo e semelhança do povo brasileiro, um “representante exemplar de

um povo miscigenado pelo sangue e pelas idéias” (Rosenfeld, 1994, p. (111). Então, mistura elementos de várias regiões do país e faz com que Macunaíma reúna em si todas as “qualidades contraditórias do povo” (idem), com o intuito de “desregionalizar” sua obra. Além disso, mostra que esse tipo ou conceito de brasileiro não é exclusivo de uma determinada região, mas sim de todo Brasil.

Macunaíma é a expressão das características brasileiras, todos nós somos um pouquinho Macunaíma. Mesmo aqueles que detestaram o livro, inconscientemente tiveram em algum momento da leitura uma atração, uns mais outros menos, por alguma aventura e é essa a maravilhosa força do livro do grande escritor Mário de Andrade. Seu personagem vem quebrar todos os paradigmas que envolvem um herói. O herói normalmente aparecia como o bonzinho, o que lutava pelos ideais de uma nação, ao contrário o herói agora, em *Macunaíma* é imprevisível, promove à libertação da rotina, ele é construído “sem a intenção de corporificar apenas qualidades positivas” (Kothe, 1987, p. 55), é constante sua falta de lógica. Porém, “a falta de lógica do herói é um traço nacional ‘porque como sucede com todos os outros povos sul-americanos, a nossa formação nacional não é espontânea, não é, por assim dizer, lógica’”. (Proença, 1987, p. 28). É nessa falta de lógica que observamos o lado preguiçoso, “irresponsável e sem caráter do brasileiro” (Souza, 2001, p. 140).

Criado para mostrar esse lado tenebroso e apresentar o brasileiro em todas as suas totalidades inclusive na maldade, Macunaíma é “marcado para ser preguiçoso, sensual, falador, astucioso, ingênuo, sonhador e mentiroso” (idem). O nascimento da imagem do “herói sem nenhum caráter” se dá através de “identidades múltiplas e de nacionalidades heterogêneas” (ibidem). Isso representa um personagem guiado pelo traço especificamente brasileiro, para mostrar não somente o índio, mas as várias raças e culturas existentes no Brasil. Por isso é chamado de “herói da nossa gente”, como podemos ver no início da obra:

No fundo do mato virgem nasceu Macunaíma, herói da nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma. (ANDRADE, 2001, p.13)

O personagem representa as três configurações do homem multifacetado: o branco, o negro e o índio. Em toda a obra, principalmente quando ele está na cidade de São Paulo,

evidenciam-se as características dessas três raças fazendo-se presente em seu jeito e suas atitudes. Ao concentrar-se nele essa mistura das raças, representa uma miscigenação de vários povos e costumes diferenciados, que está explícito na mistura de personalidade e falares presentes na obra. Estas múltiplas facetas que podemos encontrar no personagem Macunaima, só vêm confirmar que o herói nacional não possui um caráter definido, mas sim uma mistura de vários caracteres. Isso vai representar a “indefinição do brasileiro, do conflito entre raças, da impossibilidade de privilegiar um modelo de nacionalidade”, segundo Souza (2001, p. 142). O que vem a ser a desconstrução do herói clássico, da Idade Média.

Neste âmbito, temos o deslocamento da ficção barretiana que se manifesta pela produção da diferença. O autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* indica a abertura da problemática nacionalista à medida que a toma para desconstruí-la, colocando-a em tensão pelo viés da “diferença”. Enquanto na *Carta* o diferente (índio) é submerso e desvalorizado, aqui acontece justamente o inverso, o distinto Policarpo Quaresma é o cidadão ciente de seus deveres e direitos, e em busca destes luta até o fim para alcançá-los. Visa uma melhoria na igualdade social, na luta pelo sustento da terra, e enfim, o que mais o eleva e ao mesmo tempo torna seu fim, a mudança da língua brasileira para o tupi-guarani (requerimento), que será a peça-chave em nosso trabalho para mostrar a busca em valorizar o que é nacional.

Desta maneira, pelo recurso estético em excesso, o narrador projeta em Quaresma um nacionalismo exagerado, cujo *amor da Pátria tomou-o todo inteiro* (BARRETO, 2002, p. 22). Esse amor incondicional, segundo ele não era um amor qualquer, comum, era *um sentimento sério, grave e absorvente*, afinal *Policarpo era patriota* (idem). E por ser esse patriota, havia de conhecer seu país, sua nação amada, então começa a estudar *a Pátria, nas suas riquezas naturais, na sua história, na sua geografia, na sua literatura e na sua política* (ibidem, p. 23, grifo meu).

A pátria de Quaresma escrita com “P” maiúsculo produz um imaginário cosmopolita que transfere o Brasil para um âmbito universal, para ele a pátria era o mundo. Assim, a noção de pátria se constrói a partir da interpretação de Quaresma enquanto um sujeito-leitor romântico que segue à risca aquilo que lê nos seus livros, haja vista que tinha uma biblioteca recheada do melhor que se tinha de nacional na época:

Quem examinasse vagarosamente aquela grande coleção de livros havia de espantar-se ao perceber o espírito que presidia a sua reunião.

Na ficção, havia unicamente autores nacionais ou tidos como tais [...] Podia-se afirmar que nem um dos autores nacionais ou nacionalizados de oitenta pra lá faltava nas estantes do major. (BARRETO, p. 22)

Esse desejo de cultivar, ou melhor, ler tudo o que era produto de uma literatura nacional, significa construir sua identidade a partir do imaginário de sujeito-nacional. O personagem busca completar sua realidade, com narrativas fictícias das literaturas as quais lera. Entretanto, ao manter a interpretação romântica e tentar estabelecer o seu ideal patriótico não percebe que esse mundo recriado está em movimento, em constante transformação.

O romance de Lima Barreto apresenta intensamente o passado brasileiro, mostra os acontecimentos históricos na virada do século. Observa-se na obra, de acordo com Rosenfeld (1994, p. 119), “as primeiras décadas da República, com seus conflitos militares e disputas sociais (...) a luta dos escravos libertos por um lugar”. Em meio a toda essa agitação surge Policarpo Quaresma, representando as transgressões da virada do século e os anseios para um Brasil mais original, se entregando “a seus sonhos e devaneios” (idem, p. 121), mesmo que estes parecessem loucura aos olhos dos outros:

Tornava-se, portanto, preciso arranjar alguma coisa própria, original, uma criação da nossa terra e dos nossos ares. [...] Desde dez dias que se entregava a essa árdua tarefa, quando (era domingo) lhe bateram à porta, em meio de seu trabalho. Abriu, mas não apertou a mão. Desandou a chorar, a berrar, a arrancar os cabelos, como se estivesse perdido a mulher ou um filho. [...] Ele ainda chorou um pouco. Enxugou as lágrimas e, depois explicou com a maior naturalidade: - Eis aí? Vocês não têm a mínima noção das coisas da nossa terra. Queriam que eu apertasse a mão... Isto não é nosso! Nosso cumprimento é chorar quando encontramos os amigos, era assim que faziam os tupinambás. (BARRETO, 2002, p.37)

O personagem aqui adere o cumprimento dos tupinambás, queria resgatar o que era realmente do brasileiro, via nos índios algo original verdadeiramente da “nossa terra”, então lutava para que voltássemos a ser como os primeiros habitantes do país. Quem vivia a sua volta as vezes dizia até que *O homem estaria doido? Que extravagância!* (idem), porém Quaresma começava a dar consistência em suas idéias, desabrocharam seus atos e a partir de então lutou por seus objetivos, os quais eram extritamente nacionalistas: *o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa.* (ibidem, p. 22). Observa-se que ele tinha seus próprios interesses individuais, porém eram-lhes também coletivos por ser interesses sociais, visava mudanças

nao só para seu meio, mas para todo o país. Nesse episódio acima fica explicito a nacionalidade do major, mostra que ele obtinha conhecimentos das regiões indígenas, seus modos e cultura, já que acreditava ser o que o Brasil tinha de original. Ele não se importava se iria conseguir realizar seus intuitos, mas sim que estava em busca de realizar seus projetos e lutava até o fim para realizá-los, por achar que seria o melhor para o Brasil.

Policarpo Quaresma, como tantos outros personagens de Barreto pode ser visto como um desabafo do autor contra o mundo burocrático, contra a sociedade alienada da época. Ele mostra sua realidade do ponto de vista de um personagem ufanista, que está disposto a lutar pelos seus ideais, ideais esses estritamente nacionalistas. Quaresma está na busca pela valorização nacional, aquilo que os próprios poetas e escritores, em fim, os literários romancistas e pré-modernistas estavam tentando restaurar, valorizar o que é nosso, da nossa maneira e não o de fora como faziam os escritores clássicos estrangeiros. Por isso, caracteriza-se o personagem Major Policarpo Quaresma como um visionário, pessoa que tem idéias, opiniões e objetivos, sonhos extravagantes ou pouco realistas; utopista.

Contudo, o personagem barretiano não era somente um sonhador, expressava suas opiniões, ao contrário da *Carta* de Caminha, aqui o brasileiro tem o direito da fala. Quaresma critica tudo o que era expressão de preconceito, denunciando o mundo ao seu redor, com suas decepções e revoltas, por isso, acredita-se que ele seja um dos personagens mais parecido com seu criador, seu espelho por contêr “os resquícios de suas amarguras, de suas decepções e de suas revoltas” (Coutinho, 1997, p. 218)). Essa tensão que encontramos entre o personagem e o mundo que o cerca dá-se na relação entre o ideal e o real.

Quaresma expressa toda sua personalidade humana e moral, quando demonstra seu carinho e seu espanto com o preconceito sofrido com a irmã de sua afilhada. Assim como vemos numa conversa entre ele e Olga. Ismênia irmã de Olga estava noiva e foi abandonada pelo noivo, a moça entra em desespero e Policarpo demonstra-o angustiosamente:

[...] Via bem o que fazia o desespero da moça, mas via melhor a causa, naquela obrigação que incrustam no espirito das meninas, que elas se devem casar a todo custo, fazendo do casamento o pólo e fim da vida, a ponto de parecer uma desonra, uma injúria ficar solteira. O casamento já não é mais amor, não é maternidade, não é nada disso: é simplesmente casamento, uma coisa vazia, sem fundamento nem na nossa natureza nem nas nossas necessidades. (BARRETO, 2002, p. 156)

Nesse trecho evidencia-se sua crítica em relação ao casamento e também mostra que o visionário não se preocupava somente com seus ideais, com o preconceito sofrido por ele, mas ao mesmo tempo com os outros.

Porém, o major com seus ideais que descortinavam novos horizontes, visava mudar não só a pátria, mas as mentes das pessoas também, que voltassem a ser pelo menos um pouquinho como na época em que o Brasil foi descoberto, vivendo da terra, assim como ele próprio faz quando muda-se para o campo. Desta maneira, diz: [...] *não havia ali nada que lembrasse esse passado*. (BARRETO, 2002, p. 32). O narrador retoma a *Carta* do descobrimento do Brasil: *Não havia ainda cem anos que as carruagens d'El-Rei Dom João VI, pesadas como naus, a balouçarem-se sobre quatro rodas muito separadas, passaram por ali para irem ter longinquo Santa Cruz* (idem), e revela seu descontentamento com o desinteresse geral em conservar a memória histórica brasileira. Era preciso voltar às origens, pois *Quase todas as tradições e canções eram estrangeiras* [...] (idem, p. 37).

Entretanto, enquanto de um lado temos Quaresma, exemplo de um brasileiro que lutava por revalorizar nossas raízes, lutava pelos mais fracos, pelos companheiros da guerrilha, que estavam predestinados a morte, ou seja, lutava pela coletividade, por valores que beneficiariam não só a ele, mas toda a sociedade, valorizava tudo que é nosso abominando o que é estrangeiro. De outro lado temos Macunaíma, “o herói sem nenhum caráter”, que lutava por objetivos próprios, por exemplo, a busca da pedra muiraquitã. Algo que satisfaria um desejo só seu e não da nação. No entanto, como o próprio título da obra demonstra “o herói sem nenhum caráter”, colocado propositalmente por Andrade, já representa **o herói** e não **um herói**, o que nos leva a crer que ele possa ser **o brasileiro**, qualquer um e não um brasileiro. Isso nos remete a pensar Macunaíma no meio dos outros tantos que podem existir por aí em todo o país. Ele vem representar os vários “heróis” que constituem a nação brasileira.

Sobretudo, enquanto Barreto com visões romancistas queria dar a literatura brasileira o caráter de literatura nacional, trabalhando somente no sentido de recuperação e solidificação do nacional, Andrade faz uma restauração das raízes brasileiras, concebendo a identidade nacional uma abertura contínua para o *diverso*, território no qual uma cultura pode estabelecer relações com outras. Com *Macunaíma* mantém-se a relação entre as três raças brasileiras em um único personagem, fazendo com que as culturas caminhem lado a lado. Contudo, podemos dizer que assim como Macunaíma foi o “herói da nossa gente”, Policarpo também foi um herói, pois estando na cidade lutava pela mudança no pensamento do povo em relação à

cultura, ao folclore, à língua. Lutava pela valorização do Brasil e depois para comprovar seu amor pela terra, muda-se para seu sítio e passa a viver da agricultura, mesmo não tendo êxito, já que as formigas foram suas piores inimigas. *Planejou a sua vida agrícola com a exatidão e a meticulosidade que punha em todos os seus projetos. [...] não por ambição de fazer fortuna, mas por haver nisso mais uma demonstração das excelências do Brasil* (BARRETO, 2002, p. 75). Policarpo acreditava que nossa terra *tem os terrenos mais férteis do mundo...* (idem, p. 74).

2.2 Versões do olhar: olhar eurocêntrico versus olhar nacionalista

Após conhecermos um pouco da visão dos dois autores acerca do Brasil e da nacionalidade pelo olhar ficcional, através do diálogo artístico/cultural existente na literatura brasileira, passamos então, para os pontos de divergência entre as obras e o texto que deu suporte a nossa pesquisa a *Carta de Caminha*, para assim, observarmos por meio da ficção a “revisão” do Brasil, a qual chamamos de “olhar de dentro”. Afinal, quem melhor poderia falar do Brasil se não a voz do próprio brasileiro. Nas obras apresenta-se a absorção das diferenças pelo empenho na reelaboração, numa visão outra, que a cultura colonizada empreendeu desde os primeiros escritos, desde a *Carta*.

Nas duas obras em questão, *Macunaíma* e *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, a deliberação já não é instituir o país a partir de valores e representações produzidos pelo imaginário colonizador, como o foi com Caminha, em sua *Carta* ao rei de Portugal, e sim de “deixar falar o imaginário colonizado instituído ao longo da história, (...) nos diversos lugares sociais de fala” (Cunha, 2006, p. 85), tanto na cidade (em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*), como no campo, ou no mato (em *Macunaíma*). Nota-se a vontade dos autores de abarcar e construir uma história que configurasse a formação da identidade brasileira, porém nos romances notamos o que é ser brasileiro no olhar barretiano e andradeano.

As diversidades das situações narradas pelo narrador de *Macunaíma* quando nos conta suas ações, suas peripécias, sua mobilidade em todo o território brasileiro, comungando com Eneida Cunha (2006) caracterizam uma “configuração múltipla e plural do povo brasileiro e da identidade nacional” (p. 88). Ao mesmo tempo confirma uma impossibilidade de uma voz única, que hierarquize e legitime essa multiplicidade de um lugar (lugar aqui enquanto país). Já que *Macunaíma* é constituído simbolicamente de vários brasileiros, sua voz não é única, mas é a voz de um Brasil que clama por revalorizar aquilo que é seu. Como é proposto

também pelo protagonista de Barreto, com um fundo crítico mais explícito das desigualdades sócio-econômico-culturais que caracterizam o país.

Entre os pontos que se confrontam nas narrações em questão, destacaremos primeiramente que Caminha apesar de não ser propriamente um escritor, se valeu do ofício de escrivão para descrever a seu destinatário o que se passava com sua tripulação e com a terra achada. Com isso, se justificam seus aparatos lingüísticos, pois ao se dirigir ao rei deveria valer-se de cuidados e respeitos com o linguajar. Então, ele escreve tendo em mente D. Manoel como sendo o único leitor, para quem o relatório seria enviado, daí a quantidade de informações e descrições em pormenores que ele narra, pois não poderia ficar nenhuma dúvida ou idéia errônea do que queria dizer. O que faz com que o leitor veja com certa tranquilidade através das descrições, como se estivesse olhando para uma foto a partir das imagens formadas.

Em contrapartida, em *Macunaíma* e *Triste Fim de Policarpo Quaresma* seus autores escrevem visando não somente um leitor, e sim vários, por isso dizemos que nossa interpretação é uma leitura possível, pois cada leitor tem um ponto de vista diferente. Nestas duas obras nota-se o “instinto de nacionalidade”, por apresentarem “os toques nacionais” (Assis, 1994, p. 01). *Macunaíma* mostra o interior do Mato Virgem e tudo que abrange seu espaço, desde os bichos até a selva detalhadamente, fazendo com que mesmo quem não tem conhecimento de algumas genealogias passem a conhecê-las a partir do enunciador. Assim também, Policarpo ao mostrar seu interesse pelas coisas verdadeiramente brasileiras, como a agricultura, a cultura e língua dos índios, entre outros, pesquisa a fundo tudo que se refere ao Brasil e nos mostra esses aspectos tão genuinamente nacional.

Sobretudo, ambos assim como Caminha também escrevem suas *cartas*³ aos seus destinatários. O escrivão com o intuito de não só detalhar o feito do encontro do “paraíso perdido”, mas visando o interesse político-econômico de subtração das terras, escreve ao rei mostrando com veemência o que lhe convinha destacar. É o olhar, como já dissemos, do europeu sobre o Brasil. Em contrapartida, o “herói sem nenhum caráter” escreve à suas súditas uma carta intitulada “Carta pras Icamiabas”, relatando o que encontrava na cidade. Apresenta-nos então, o olhar e a voz do índio, àquela sufocada pelo dominador. Andrade deixa falar aquele que outrora fora calado pelo europeu.

³ Quando me referir à carta em minúscula no decorrer do texto, atribuo o termo à carta de Macunaíma pras Icamiabas e ao requerimento que escreve Policarpo Quaresma ao presidente da República.

Nas duas obras, os personagens principais ao abordarem as maravilhas do Brasil nos remetem ao texto inaugural da história do Brasil, fazendo assim uma “reelaboração” do mesmo. Em *Macunaíma* a “carta de Pero Vaz de Caminha é ironizada no capítulo IX (‘Carta prás Icamiabas’) (...) para propor uma nova noção de nacionalismo, que questionava satiricamente os padrões culturais europeus seguidos no Brasil”. (Olivieri & Villa, 1999, p. 11).

Já na obra barretiana, o narrador nos relembra o texto de Caminha com saudosismo (idem citação p. 33 deste trabalho), com vontade de resgatar algo que os brasileiros deixaram para trás, que é a valorização de si mesmo enquanto pertencentes a uma nação, com seus valores culturais tipicamente brasileiros. Havia nele um interesse em conservar a memória histórica brasileira.

Observamos o inverso existente entre as vozes narrativas nas referidas obras com a evidenciada na *Carta*. Enquanto Caminha escreve do interior do mato para o civilizado, Macunaíma faz o inverso na “carta pras Icamiabas”, escreve da civilização para o mato. O mesmo trajeto observamos em Quaresma, quando no sítio escreve para sua irmã Adelaide, contando seus feitos e suas dificuldades encontradas no trabalho com a terra. Ele faz o percurso que fez o súdito do rei. Lá era o europeu para seu conterrâneo, no espaço do interior para a metrópole, da mesma maneira Policarpo escreve do campo para a cidade. A diferença é que neste vemos falar a voz do brasileiro, expressando suas idéias e anseios e não do estrangeiro com seu autoritarismo.

Outro ponto culminante, é que em Caminha temos a escrita do súdito para o seu superior o rei D. Manoel e no “herói da nossa gente” é o Imperador para as súditas, haja vista que Macunaíma era o *Imperador do Mato-Virgem* (ANDRADE, 2001, p. 26). Ele era o índio vivendo entre os civilizados e na *Carta* é o civilizado entre os índios, porém em ambos a “carta” é escrita à terra de origem. É o mesmo desajustamento entre a mentalidade primitiva e a civilizada. Porém, o olhar do herói é duplo, ora ele vê a civilização ora ele mostra como é no espaço do Mato Virgem, ele em todo momento está fazendo uma comparação entre o espaço do outro e o seu. Assim como vimos também em Caminha, ao retomar seus valores para mostrar ao rei as “barbaridades” dos autóctones.

Outra semelhança que podemos perceber entre o texto de Macunaíma e de Caminha, é que ambos se valem do recurso da linguagem para conseguir o que desejam. Esse recurso é a astúcia que o herói descaracterizado se vale para vencer os obstáculos, para sair das situações de risco as quais se encontrava. Ele vale da fala, das mentiras para enganar, persuadir e

conseguir tudo o que queria. Em contrapartida, o escrivão também vai valer-se da esperteza para conquistar e ganhar a confiança dos índios. Ele os agrada com mimos e presentes do capitão para persuadi-los.

Em *Macunaima* ainda notamos a presença do símbolo da origem do povo brasileiro, o índio, configurando a busca das origens, dos marcos inaugurais, das raízes. Porém, do individual, do uno, nasce o múltiplo, o “herói sem nenhum caráter” representa o “herói emblemático” (Bernd, 2003, p. 54), isto quer dizer que ele é somente o símbolo da origem e não a constituição do povo. Haja vista que na obra ele se transforma em branco, mostrando a adesão à cultura branca e com características do negro quando frequenta os terreiros africanos em São Paulo, para assim, caracterizar a multiplicidade das raças brasileiras.

De outro lado, temos o major Quaresma, um homem “civilizado”, culto, um visionário que entre várias críticas que fazia à sociedade da época, anseia realizar mudanças no país, então escreve uma carta (requerimento) a seu soberano o presidente Marechal Floriano, solicitando a língua tupi-guarani como língua oficial do Brasil.

"Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se vêem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma — usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani, como língua oficial e nacional do povo brasileiro.

O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua idéia, pede vênias para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática.

Demais, Senhores Congressistas, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é verdade, mas a que o polissintetismo dá múltiplas feições de riqueza, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores da organização fisiológica e psicológica para que tendemos, evitando-se dessa forma as estereis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal — controvérsias que tanto empecem o progresso da nossa cultura literária, científica e filosófica.

Seguro de que a sabedoria dos legisladores saberá encontrar meios para realizar semelhante medida e cômico de que a Câmara e o Senado pesarão o seu alcance e utilidade

P. e E. deferimento". (BARRETO, 2002, p. 52-53)

Em seu plano cultural, Policarpo pretendia que os brasileiros adotassem a língua indígena, fazendo oposição ao português, pois para ele era a única língua realmente brasileira. Para o major, os brasileiros que aqui vivem, escrevem de uma maneira e falam de outra, assim como escreve Macunaíma na carta pras Icamiabas. Ao querer o tupi-guarani como língua oficial, ele faz uma crítica ao português, pois para ele a língua portuguesa “somente foi emprestada ao Brasil e por esta razão os brasileiros que o falam e escrevem encontram-se na humilhante situação de ter constantemente de aturar censuras severas dos donos da língua.” (Rosenfeld, 1994, p. 124).

Já no plano agrícola, pretendia o protagonista que fosse realizada uma reforma agrária, para que todos pudessem viver com o que plantassem, ou seja, viver da terra. Pode-se considerar, que Policarpo pretendia contribuir para o engrandecimento da pátria, através de atitudes e ações que transformariam a sociedade brasileira. Para ele o Brasil é modelo de perfeição inquestionável, seja pela beleza exuberante do país, seja pela singularidade da cultura produzida em terra própria: *Demais, com terras tão férteis, climas variados, a permitir uma agricultura fácil e rendosa [...] (BARRETO, 2002, p. 76).* É neste momento que acontece a transição do interesse de Policarpo, da questão puramente cultural à questão agrícola. Sua preocupação era com a terra e com o exemplo que haveria de dar à nação, colaborando com a formação de uma intensa base agrícola, através do seu próprio sítio.

Barreto buscava nacionalizar a literatura brasileira, desvalorizando a “norma culta”. “Libertar a literatura brasileira desta camisa de força linguística, escrever um idioma que corresponda à língua brasileira, foi seu empenho durante a vida”. (Rosenfeld, 1994, p. 128). Assim como os romancistas de sua época preferia a maneira popular de usar a língua imposta pelos portugueses, preocupava-se com a originalidade que era representada nas paisagens naturais, nos costumes, na cultura e na linguagem local, por isso seu narrador critica a escrita dos literatos:

(...) ele estava escrevendo ou mais particularmente: traduzia para o “clássico” um grande artigo sobre “Ferimentos por arma de fogo”. O seu último truc intelectual era este do clássico. Buscava nisto uma distinção, uma separação intelectual desses meninos por aí que escrevem contos e romances nos jornais. Ele, um sábio, e sobretudo, um doutor, não podia escrever da mesma forma que eles. A sua sabedoria superior e o seu título “acadêmico” não podia usar da mesma língua, dos mesmos modismos, da mesma sintaxe que esses poetastros e literatecos. Veio-lhe então a idéia do clássico. O processo era simples: escrevia do modo comum, com as palavras e o jeito de hoje, em seguida invertia as orações, picava o período com vírgulas e substituíva incomodar por molestar, ao redor por derredor, isto por esto, quão grande ou tão grande por quamanho, sarapintava tudo de ao invés, empós, e

assim obtinha o seu estilo clássico que começava a causar admiração aos seus pares e ao público em geral. (BARRETO, 2002, p. 137)

O relato satiriza os padrões da escrita acadêmica através da escrita de Armando, esposo de sua afilhada, ironizando o jeito de escrever clássico, a sintaxe usada, que as pessoas só porque têm um título acadêmico não podem usar a mesma linguagem que a maioria, o povo; que o jeito “bonitinho” de escrever não é o importante, o que interessa é o que se diz e do que se diz. Ele ironiza os poetas e literatos usando as palavras “poetastros e literatecos”, que configuram sua crítica.

Em *Macunaíma*, esse ponto é tratado visando que a língua também não é brasileira, e sofre uma influência grande do francês. A partir daí, poder-se-ia começar uma alteração no modo de escrever, e consequentemente a inclusão natural da realidade brasileira, da língua popular brasileira. É essa a crítica que permeia nas escritas do protagonista às súditas. Porque apesar de a sociedade ser colonial, a língua é um fator que age normalmente nas relações comuns, da vida cotidiana de um povo. Desta maneira, Macunaíma escreve para suas senhoras amazonas, descrevendo o que encontra na grande metrópole, sobretudo acerca da língua dos brasileiros:

[...] Ora sabereis que sua riqueza de expressão intelectual é tão prodigiosa, que **falam numa língua e escrevem noutra**. [...] e dentre muita surpresa e assombro que nos deparou por certo não foi das menores tal originalidade linguística. Nas conversas, utilizam-se os paulistanos dum linguajar bárbaro e multifário, crasso de feição e impuro na vernaculidade, mas que não deixa de ter o seu sabor e força nas apóstrofes, e também nas vozes do brincar. [...] Mas si de tal desprezível língua se utilizam na conversação os naturais desta terra, logo que tomam da pena, se despojam de tanta asperidade, e surge o Homem Latino, de Lineu, exprimindo-se numa outra linguagem, mui próxima da vergiliana, no dizer dum panegirista, meigo idioma, que, com imperecível galhardia, se intitula: língua de Camões! De tal originalidade e riqueza voz há-de ser grato ter ciência, e mais ainda voz espantareis com saberdes, que á grande e quase total maioria, nem essas duas línguas bastam, senão que se enriquecem do mais lídimo italiano, por mais musical e gracioso, e que por todos os recantos da urbs é versado [...]. (ANDRADE, 2001, p. 80, grifo meu)

Aqui temos outra inversão dos relatos do cronista Pero Vaz de Caminha acerca do Brasil, agora é o índio que descreve a terra desconhecida pra seus pares distantes: *São Paulo construída sobre sete colinas, á feição tradicional de Roma, a cidade cesárea, “capita”, da Latinidade de que provimos* (idem, p. 77). A crítica que Macunaíma faz a língua é ao modo do brasileiro escrever de uma maneira e falar de outra. Ele ridiculariza a *Carta* de Caminha ao

tentar escrever de modo acadêmico, pois acarreta em suas escritas alguns erros grosseiros. Porém, acreditamos que isso se dá propositadamente pelo autor da obra com o intuito de criticar as normas estilistas da época. É o popular ridicularizando o oficial, ele mostra de fato quem são os brasileiros e como usam a língua. Ao contrário da *Carta* que apresenta somente a visão do europeu. O escritor de Andrade escreve às súditas utilizando uma linguagem rebuscada, porém, se notam algumas falhas cometidas pelo falso erudito, como “sciência” em vez de ciência, troca versículo da Bíblia por “testículo”, entre outros. Aqui daremos a língua portuguesa (oficialmente escrita, a culta) o nome de “língua-máscara”, máscara da realidade, da verdadeira língua que se fala no Brasil. Estabelecemos esse conceito de língua a partir das noções de Rosenfeld (1996, p. 188) quando diz que ao usarmos essa língua alienada, “falsificamos as nossas vivências autênticas. Ela se torna máscara rígida, borrando nossa verdadeira identidade; é mera aparência (...)”.

A linguagem de Macunaíma é nacional e “harmoniza com o modo de falar do povo” (Rosenfeld, 1994, p. 108), é a fusão dos regionalismos nacionais em um todo, ele apresenta em suas viagens pelo Brasil as variedades de saberes, ditos e falares populares particulares de cada região. O herói da nossa gente tem hábitos, credences e linguagem que incorpora as características de culturas diferenciadas, das várias regiões brasileiras. Ele é o “representante exemplar de um povo miscigenado pelo sangue e pelas idéias...” (idem, p. 111). Com o intuito de valorizar o povo e o que era do povo, Andrade vale-se de Macunaíma para realizar esse processo de revalorização que os modernistas buscavam em suas obras. O autor, assim como nos confirma Rosenfeld (1996, p. 186) buscava tampouco, “expressar seu nacionalismo supra-regional (...) mas a autodefinição nacional no pluralismo positivo das culturas.” Por isso, ele nos mostra não somente o regional, mas sim o regional dentro de um todo nacional. Dito isso subentende então, “seu empenho heróico por uma sintética língua falada-escrita, capaz de abraçar amorosamente todas as regiões do Brasil” (idem, p. 192). Já que os próprios brasileiros para entender a língua “necessitam de um dicionário especial” (ibidem).

Nesse reconhecimento do nacional, deve ainda aqui ser ressaltado como nacionais as paisagens descritas pelos autores em questão, pois buscaram, sobretudo, o engrandecimento da nação. O excesso dos elementos ligados à natureza são propositadamente presentes nas obras para idealizar aquilo que é verdadeiramente brasileiro, para mostrar aquilo que realmente é natural do país e não imposto pelos colonizadores, ou importados de outros países. Tanto a fauna como a flora é valorizada, mas é no homem nativo que o foco tende a ser maior, no caso da *Carta*, por se tratar de um relato do novo mundo ao rei de Portugal. Já nas duas obras,

Macunaíma e *Triste Fim de Policarpo Quaresma* o foco é dado para ambos os protagonistas que apresentam a realidade da sociedade, de um ponto de vista genuinamente brasileiro. Os quais se valem dos elementos representativos da identidade nacional brasileira (a terra, a natureza, os animais, os costumes, a cultura etc.) para defenderem seus ideais nacionais.

Outra abordagem que notamos na obra de Andrade e que vem a ser um aspecto culminante é o intercâmbio de saberes, proposto por Macunaíma na carta para as Amazonas. Primeiramente ele compara as mulheres paulistanas com as icamiabas:

[...] Porém si como vós, formam estas queridas senhoras um clã de mulher, muito de vós se apartam no físico, no gênero de vida e nos ideais. [...]

Ainda lhes difere o físico, tanto ou quanto monstruoso, bem que de amável monstruosidade, por terem elas o cérebro nas partes pudendas, e, como tão bem se diz em linguagem madrigalesca, o coração nas mãos. (ANDRADE, 2001, p. 75)

Faz sim a comparação, mas deixa transparecer que as icamiabas estão sempre em superioridade às paulistanas: [...] *porém heis de convir conosco que, assim, ficais mais heróicas e mais conspícuas, tocadas por essa platina respeitável da tradição e da pureza antiga.* (idem, p. 71). Essa ascendência se dá por elas serem, ao olhar de Macunaíma, puras, da terra, suas súditas, afinal ele era o herói delas, então haveria de elogiá-las. Essa comparação entre as mulheres também vimos na *Carta* que deu conhecimento do Brasil. Na qual o narrador descreve uma índia dizendo sobre seu corpo: [...] *era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela.* (CAMINHA, 1963, p. 05). Notamos aqui um ponto em comum entre a *Carta* de Caminha e a carta de Macunaíma para suas súditas. Caminha eleva as índias em relação às européias, mesmo que seja somente na parte física; no mesmo âmbito, Macunaíma mostra a superioridade das súditas sobre as paulistanas.

Em contrapartida, o personagem andradeano apresenta-se aspectos no espaço urbano que o eleva ao europeu português e desta maneira a Quaresma. Macunaíma mostra os valores da civilização, ou seja, os princípios do outro, destacando a seu modo de ver o que era favorável ou não. Porém, não nega os valores do outro, pelo contrário usufrui de tudo que encontra de moderno (as máquinas: carro, telefone etc.). Chega até a levar para o mato, quando retorna, alguns utensílios que demonstram sua adesão à cultura do outro, do civilizado: *Depois de muito refletir, Macunaíma gastara o arame derradeiro comprando o que mais o entusiasmara na civilização paulista. Estavam ali com ele o revólver Smith-*

Wesson o relógio Patek e o casal de galinha Legorne. (ANDRADE, 2001, p. 131). Isso é uma forma de Andrade reescrever a *Carta de Caminha*, revalorizando a cultura do outro e abrindo-se ao diferente.

Por isso, a identidade brasileira a todo o momento é inovada, agregando outros aspectos, está sendo reinventada. Logo, comungamos ao conceito de Eneida Cunha (2006, p.18), de que “a identidade brasileira é multifacetada”, nunca vamos conseguir defini-la, pois ela está em constante mudança. Deste modo, Macunaíma não possui um caráter definido, ele é imprevisto, nunca sabemos como ele vai agir afinal ele está sempre em ação, realizando mudanças de um lado para o outro, assim como acentuamos acerca da identidade nacional. Nesse processo de recuperação identitária, podemos de acordo com Bernd:

(...) relançar o debate identitário como processo em perpétua e indispensável movência. Neste modelo, pensa-se a identidade não como o fortalecimento de uma raiz única, mas como rizoma, ou seja, a raiz multiplicada que se abre em busca do outro, aceitando o múltiplo e o diverso como base da (re)elaboração identitária. (Bernd, 2003, p. 26)

Macunaíma sendo um marco na literatura moderna evoca uma perspectiva bem mais recente da composição da identidade, que abdica da expressão de uma feição própria e particular da cultura brasileira para constatar e reabsorver as diferenças, produzidas na longa trajetória do herói sem caráter. Assim faz com que seja quebrada essa imagem unificadora do nacional, propondo-se a deslocar o nacional para permitir a imersão do pluralismo popular, admitindo uma diversidade de valores e mostrando com isso, as várias facetas do povo brasileiro, seus vários caracteres. Sobretudo, para demonstrar a valorização do outro, Macunaíma nos mostra que pode haver uma interação entre as culturas, que podemos aproveitar dos valores do outro, tirando aquilo que nos servirá e da mesma maneira doar aquilo que é nosso. Assim ele recomenda as súditas que,

[...] convidásseis também algumas dessas damas para demorarem nas vossas terras e Império nosso, por que aprendais com elas um moderno e mais rendoso gênero de vida, que muito fará avultar os tesoiros do vosso Imperador. E mesmo se não quiserdes largar mão da vossa solitária Lei, sempre a existência de algumas centenas dessas damas entre vós, muitos nos facilitará o “modus in rebus”, quando for do nosso retorno ao Império do Mato Virgem [...]. (ANDRADE, 1963, p. 76)

Mediante isso, sugere uma meditação aos valores inseridos em nossa sociedade através de suas próprias palavras:

[...] por aprendermos as coisas mais principais desta cviterna civilização latina, por que iniciemos, quando for do nosso retorno ao Mato Virgem, uma série de melhoramentos, que, muito nos facilitarão a existência, e mais espalhem nossa prosápia de nação culta entre as mais cultas do Universo. E por isso agora vos diremos algo sobre esta nobre cidade, pois que pretendemos construir uma igual nos vossos domínios e Império nosso. (idem)

Macunaíma apresenta no trecho acima aquilo que sugerimos mostrar com nosso trabalho, que as culturas relacionem-se entre si, para que uma acrescente seus valores à outra. Com isso mostramos que a nacionalização proporcionada pelos romancistas que antecederam Andrade, apresentava-se de forma a “uniformizar” a cultura, a língua, as raças e a identidade nacional; como se fossem de uma única maneira. Sendo que esses aspectos que determinam a literatura nacional, não merecem ser considerados somente neste âmbito, já que tanto a língua quanto as raças e a cultura brasileira estão sempre em constante mudança. Há sim uma troca entre as culturas, pois na medida em que novos povos adentram o país, novas crenças, novas raças, enfim, novas culturas estão sendo agregadas à nossa.

Por todos esses elementos peculiares à cultura brasileira, trazidos por Mário de Andrade, observamos a reelaboração histórica/ficcional na obra *Macunaíma*, em detrimento da *Carta de Caminha*. Essa reinvenção acontece também no referente à classe oprimida (os desprovidos de tudo, de saber, de civilização), pelo fato de os componentes indianos e negros da população e da cultura serem trabalhados pelo autor, em pleno acordo com a articulação existente entre o nacional e seu deslocamento para o popular. Nacional como resgate de uma tradição manipulada pela classe dominante (em *Caminha*); e o popular como expressão da consciência ou dos sentimentos populares, feita seja por aquele que se identifica com o povo (no caso de Quaresma), seja por aquele saído organicamente do próprio povo (como *Macunaíma*).

Nesse sentido Mário de Andrade faz uma recuperação do passado, não necessariamente para restaurar as tradições, mas como possibilidade de refazer a memória dos brasileiros de que a cultura e a língua portuguesa, enfim, tudo que foi imposto pelos colonizadores não pode

ser o melhor que existe aqui, num sentido contrário ao da classe dominante (colonizador), o que desconstrói o discurso dominante inserido na *Carta*. Deste modo com Barreto, centrado na temática do nacionalismo como valor a ser revisto, o autor mobilizará um referencial adequado à reconstituição histórico-ficcional forjando um espaço favorável de confronto entre o patriotismo ufano/abstrato do major Policarpo e a realidade concreta do quotidiano nacional. Ocorre então, uma evolução positiva da visão social de Quaresma, do abstrato para o concreto, ele faz as idéias saírem do pensamento para a realidade, mesmo que essa realidade esteja tão longe de ser alcançada.

Considerações finais

Com a *Carta* tivemos contato com os valores do outro, sua visão do Brasil sob o olhar do escrivão que tinha como prioridade relatar os acontecimentos e tudo que havia encontrado na terra achada. Porém, através destes relatos verificamos que nas duas obras *Macunaíma* e *Triste Fim de Policarpo Quaresma* houve um avanço muito grande nas questões nacionais, haja vista que em ambas notamos a reelaboração ficcional no processo histórico-cultural, a revalorização da nação e da cultura brasileira. Notamos também, a potência do imaginário instituinte nas significações sociais.

Com a *Carta* percebemos o desvalor do índio, a impossibilidade de tolerar o *outro* na sua diversidade, a interdição do sentido de pertencimento e a reverência pelo que é de extração estrangeira são exemplos dessas significações que permeiam tudo e todos. Sob tal contexto, Mário e Barreto olharam o “real” do qual faziam parte e, por meio de interpretações individuais, produziram seus discursos.

Quaresma com seus ideais nacionalistas se ocupava de estudar tudo que fosse para conhecer o Brasil. Com isso adquiria informações que o permitia apreender as condições primitivas da cultura e reflexões sobre as raízes da nacionalidade brasileira, enfim, informações necessárias à constituição de uma identidade nacional apoiada à crítica ostensiva da negação e recusa de tudo que não fosse puramente brasileiro.

Sobretudo, em *Macunaíma* apresenta-se as características do brasileiro, personificando o índio, o negro e o branco os quais dão forma à heterogeneidade existente na formação da sociedade brasileira, através dos valores culturais de cada um. A obra sintetiza a proposta ficcional do autor que se configura no resgate das crenças religiosas, das tradições e mitos populares com o intento de restaurar a capacidade do povo de olhar para dentro, deixar de lado o olhar para fora (para as coisas européias) e começar a olhar para o Outro, dentro do seu próprio país.

Com isso, esta análise se conclui a partir dos levantamentos feitos, comungando com as afirmações de Eneida Cunha (2006) e Zilá Bernd (2003), em uma perspectiva bem peculiar de que a cultura brasileira não pode ser vista somente singular, mas que devemos aprender a lidar com a “multifacetada identidade cultural” (Cunha 2006, p.18). Isso nos leva a considerar

a cultura e identidade brasileira de várias faces, ela é uma miscigenação peculiar ao povo brasileiro, que não está aberto somente à sua cultura, mas a outras que possam surgir a cada época. As diversas influências sofridas dentro do espaço nacional implicam consideravelmente para que uma determinada cultura reveja seus costumes, quando está à frente do novo.

Portanto, defendemos que a identidade brasileira não está totalmente construída, justamente por ela estar em constante processo de “identificação” (Bernd 2003, p. 24). A construção da identidade é um processo demorado, “interminável, indefinidamente fantasmático de identificação” (idem). Por isso, ela não é e nunca será um processo acabado, pois está sempre apresentando a idéia de movimento, já que o mundo não pára, as pessoas nascem, mudam-se daqui para outros países, e vice-versa. Então, a identidade nacional nos é encarada como um “meio” indispensável para entrar em relação com o outro, e não como “fim” em si mesma. Não adianta querer construir uma identidade, mas sim participar do seu processo simultâneo de construção, pois a todo momento estamos dando e recebendo novos conhecimentos e novas culturas que se chegam e se entrelaçam.

Referências Bibliográficas:

- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. 32ª edição. Belo Horizonte - Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2001
- ASSIS, Machado de. *Notícias da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 24/04/2010
- BARRETO, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. 21ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2002
- BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003
- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1994
- BOZETTI, Edalza Helena. *Nacionalismo Utopico*. 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/4392/1/Nacionalismo-Utopico-Em-Triste-Fim-De-Policarpo-Quaresma/pagina1.html>. Acesso em: 02/10/2010
- CAMINHA, Pero Vaz. *A Carta*. Edição de base. São Paulo, 1963. Disponível em: <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>. Acesso em: 16/01/2010
- CANDIDO, Antonio. *Prefácio da 1ª edição, Independência Literária*. In: **Formação da Literatura Brasileira**. 7ª edição. Belo Horizonte - Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1993
- _____. *A Personagem de Ficção*. 10ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002
- COUTINHO, Afrânio & COUTINHO, Eduardo de Faria. *Lima Barreto - Coelho Neto*. Im: **A Literatura no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Editora Global, 1997
- CUNHA, Eneida Leal. *Estampas do Imaginário: literatura, história e identidade cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006
- DIAS, Carmen Lydia de Souza. *Quaresma/Ressurreição (prefácio)*. In: **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. 21ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1998
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *O mito de Macunaíma*. In: **O Espírito e a Letra: estudos de críticas literárias I**. Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- _____. *Sobre História da Literatura*. **O Espírito e a Letra: estudos de críticas literárias II**. Antonio Arnoni Prado (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- KOTHE, Flávio R. *O Herói*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1987
- PROENÇA, Manuel Cavalcanti. *Mário e Macunaíma*. In: **Roteiro de Macunaíma**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1987
- PACHECO, Isabel M. J. *O imaginário da Carta de Caminha e sua apropriação pelo turismo*. Bahia, 2004. Disponível em: http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/dissertacao_isabel_pacheco.pdf. Acesso em: 02/10/2010
- ROSENFELD, Anatol. *Mário de Andrade, A Obra Romanesca de Lima Barreto*. In: **Letras e Leituras**. São Paulo: Perspectiva, Editora da Unicamp, Editora da Usp, 1994

_____. *Mário e o Cabotinismo*. In: **Texto/Contexto I**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996

SCLIAR, Moacyr. *Policarpo Quaresma: triste fim, gloriosa permanência*. In: **Personae: grandes personagens da literatura brasileira**. Lourenço Dantas Mota, Benjamin Abdala Junior (orgs). São Paulo: Editora Senac, 2001

SOUZA, Eneida Maria de. *Macunaima, Filho da Luz*. In: **Personae: grandes personagens da literatura brasileira**. Lourenço Dantas Mota, Benjamin Abdala Junior (orgs). São Paulo: Editora Senac, 2001

OLIVIERI, Antonio Carlos & **VILLA**, Marco Antonio (orgs). *Cronistas do descobrimento*. São Paulo: Editora Ática, 1999